

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1328 - 30/11/2015 a 06/12/2015

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PIB

O CAMPO ALIMENTA A ECONOMIA

Especial

Tudo sobre o Programa de Regularização Ambiental

Defensivos

Por que tanta resistência aos EPIs?



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM

158

DIAS PARA O
TÉRMINO DO PRAZO

www.sistemafaep.org.br

Que semana, hein?

Na terça-feira, a Polícia Federal prendeu um amigo próximo do ex-presidente Lula, o pecuarista José Carlos Bumlai, em mais uma fase da Operação Lava-Jato. Acusado de tomar empréstimos fraudulentos para pagar contas do Partido dos Trabalhadores, ele aproximou as investigações de pessoas poderosas na política. O passo seguinte foi dado na quarta. Com a prisão, por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), de dois pesos-pesados: o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS) e o banqueiro André Esteves, dono do BTG-Pactual. Tudo isso nos deixa mais perto de um país limpo de corrupção. Que venha logo!

A capa do Boletim Informativo desta semana destaca um fato importante para a economia do Paraná: o Estado ultrapassou o Rio Grande do Sul e chegou ao posto de quarto maior PIB do país, segundo dados de 2013. Como não poderia ser diferente, o agronegócio foi essencial para esse resultado. E com o país mergulhado em uma recessão que fere as vendas para o mercado interno, o agronegócio exportador tende a ser a salvação para o PIB deste ano e do próximo.

Temos ainda um resumo dos projetos que irão à final do Empreendedor Rural, nesta sexta-feira, e muitos outros assuntos de grande interesse.

Boa leitura!

Índice

Educação	03
Seguro Rural	04
Defensivos	08
Ciência	11
Empreendedor	12
Cafeicultura	16
Entrevista: Zander Navarro	20
Economia	22
História: Agronomia UFPR	24
Encarte PRA	27
Notas	43
Eventos Sindicais	44
Via Rápida	46

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueiredo | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1328:

Fernando Santos, Milton Dória, Lineu Filho, Divulgação e Arquivo FAEP

Servidores mais completos

Primeira turma do curso de Gestão de Projetos é certificada. Capacitação é resultado de parceria entre o Sistema FAEP/SENAR e o governo do Paraná



Os 30 servidores públicos da primeira turma do curso “Capacitação profissional em elaboração, gestão e análise de projetos” da FAE Business School receberam seus certificados na segunda-feira, dia 23. “Fazer projetos é ter visão de futuro, é pensar no amanhã. Sem projetos não temos como chegar a lugar algum”, afirmou o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, que fez a entrega dos certificados junto com o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, e o superintendente do SENAR-PR Humberto Malucelli Neto.

Ao ressaltar os motivos que levaram o Sistema FAEP/SENAR-PR a investir na capacitação dos quadros técnicos da gestão estadual, Meneguette destacou que apesar de ser a 4ª economia brasileira, o Paraná ainda tem muito a desenvolver. Usou o exemplo da região Sudoeste, que se tornou uma das principais bacias leiteiras do Estado quando teve o suporte que permitiu a instalação de agroindústrias, a capacitação do SENAR-PR e um conjunto de ações para exemplificar que o sucesso depende do trabalho harmônico e conjunto da

iniciativa privada e do governo. “O governo tem que ser um facilitador para que o setor produtivo possa continuar produzindo, avançando e gerando riquezas. A obrigação da sociedade é exercer seu papel contribuindo com a administração pública”.

Meneguette parabenizou os profissionais dos órgãos e secretarias estaduais que concluíram o curso que teve início em junho, na FAE Business School, lembrando que eles terão papel de liderança em suas áreas de atuação. “São vocês que ajudarão a fazer o planejamento estratégico para que o nosso Estado atinja o seu potencial.”

Para o secretário Norberto Ortigara, a gestão de projetos e de políticas públicas é essencial no dia a dia da administração. Por isso, o servidor precisa estar capacitado para melhorar a gestão e maximizar os resultados que o Estado precisa oferecer aos cidadãos. “O servidor receptivo para a mudança está mais preparado para perceber as oportunidades”, afirmou.

A solenidade foi precedida por uma palestra proferida pelo professor Paulo Cruz, com o tema “A Influência do Comportamento Humano na Implementação de Projetos”, mostrando a importância do capital humano para a transformação. O coordenador do curso é o professor Fernando Brito, mestre em engenharia da produção e sistemas, consultor com mais de 15 anos de experiência corporativa em empresas nacionais e multinacionais.

Para o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli, a participação da instituição no curso é estratégica. “Precisamos de profissionais no serviço público alinhados com a realidade e com condições de atuar e pensar no futuro do nosso Estado”, disse.

O curso tem 240 horas divididas ao longo de três meses e sete módulos. A segunda turma já está em andamento, com a participação de 30 profissionais, entre servidores públicos e profissionais da iniciativa privada. Participaram da solenidade de certificação o representante da Secretaria do Planejamento, Marlus Almeida, e o diretor geral da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Otamir Cesar Martins.

Um retrocesso para o país

Governo federal reduz sua participação na subvenção ao seguro agrícola



Apesar de o Plano prever R\$ 700 milhões em 2014 foi utilizado R\$ 694 milhões, valor que representa a maior liberação no programa até o momento, cobrindo 14% da área agrícola com seguro. Ou seja, o seguro agrícola ainda tem muito potencial de crescimento. Foram realizadas 118 mil apólices de seguro agrícola com o apoio do programa, número que caiu para em torno de 40 mil neste ano de 2015, deixando mais de 60 mil agricultores de fora do programa, muitos deles tendo que cancelar as apólices pelo alto custo do seguro agrícola.

O orçamento previsto para 2016 é de R\$ 400 milhões, metade do previsto no Plano em 2015 e do que foi aplicado em 2014. Dessa forma, o seguro rural deixa de ser uma política prioritária do Mapa. Além disso, o valor estimado para 2017 é de R\$ 425 milhões e para 2018 de apenas R\$ 455 milhões, ou seja, haverá redução de área coberta com seguro agrícola e no número de produtores contemplados, os quais ficarão à mercê do clima.



Pedro Loyola

Economista e coordenador do DTE

COMPARAÇÃO ENTRE O PLANO TRIENAL E VALOR PAGO NO PSR, DE 2005 A 2018

Ano Civil	Subvenção aplicada (R\$ milhões)	Plano Trienal (R\$ milhões)*
2005	2,3	
2006	31,1	
2007	61,0	100
2008	157,5	176
2009	259,6	176
2010	198,3	451
2011	253,5	570
2012	318,2	680
2013	557,8	630
2014	693,5	700
2015	282,0(*)	800
2016(*)		400
2017(*)		425
2018(*)		455

Fonte: Mapa; Valores nominais; * estimado

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou no Diário Oficial da União de 23/11 a Resolução nº 42 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR, que aprova o Plano Trienal do Seguro Rural – PTSR para o período de 2016 a 2018, que trata da estimativa dos recursos e das novas regras para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Diante da crise fiscal e dos cortes de orçamento do Mapa, houve alterações significativas no Programa de Seguro Rural, que se não forem revertidas, significa o maior retrocesso já visto na política agrícola para seguro agrícola desde a sua criação em 2005.

Estimativa de volume de recursos

A primeira medida de maior impacto é a redução no valor da subvenção estimada para o próximo período de 2016 a 2018. É a primeira vez que o Plano Trienal, desde o começo do programa, estima redução nos recursos anuais, que sempre foram crescentes.

O ano de 2015 apresentou ainda outro problema. A dificuldade de o governo cumprir o orçamento previsto, algo que vem se repetindo desde 2010. Em relação ao ano passado, considerando a inflação, houve uma redução de 62% na aplicação de recursos, pois R\$ 300 milhões do orçamento de R\$ 668 milhões de 2015 foram remanejados para pagar apólices de 2014. Até houve um compromisso de governo para restabelecer esse valor com crédito suplementar, mas não passou do discurso. Dessa forma, os produtores estão recebendo boletos bancários das companhias seguradoras, principalmente de seguro de soja, milho e frutas, cobrando a parte que caberia ao governo. Isso é possível e está previsto no contrato das apólices. No entanto, novamente os produtores acreditaram no discurso do Plano Agrícola, mas ele não foi cumprido.

NOVAS REGRAS DE SUBVENÇÃO

Outras regras do PSR foram alteradas e incidem diretamente no custo de produção dos produtores. O governo, na tentativa de atender mais produtores com menos recursos, reduziu o percentual da subvenção concedida por atividade e por produtor.

Conforme a nova tabela do PSR de “Percentuais de subvenção sobre o prêmio e limites anuais de subvenção por produtor” nota-se que a subvenção, que até este ano variava entre 40 a 70% do valor do prêmio, terá a partir de 2016 mudanças significativas, com apoio na subvenção entre 30 e 45%. Ou seja, o produtor vai ter que desembolsar muito mais para adquirir o seguro.

Isso significa, por exemplo, que o produtor de grãos que antes contratava o seguro agrícola com subvenção de 70% no milho safrinha, trigo e feijão, teve a subvenção reduzida a 35% para

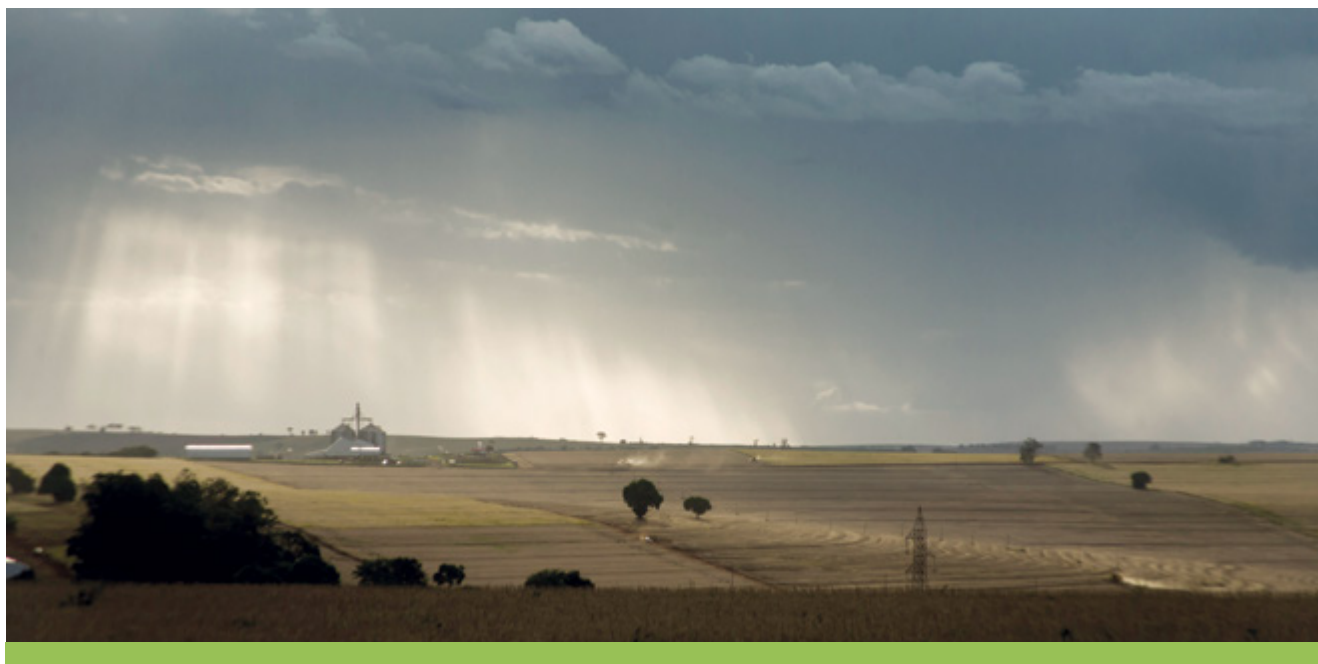
coberturas de riscos nomeados (granizo e geada). Esse produtor terá que desembolsar 65% da taxa do prêmio.

Se o produtor contratar o seguro com cobertura multirrisco (seca, chuvas excessivas, geada, granizo, etc) a subvenção é entre 30% a 45% e depende do nível de cobertura do seguro. Como a maioria dos contratos de seguro agrícola multirrisco se concentra nas faixas de nível de cobertura entre 60% a 70% da produtividade estipulada pela seguradora, a subvenção ao produtor será em média de 40%, cabendo ao produtor pagar 60% da apólice.

Para exemplificar, a cada R\$ 100 mil de Importância Segurada, supondo que o prêmio seja de 13%, o prêmio bruto será de R\$ 13 mil; o programa paga R\$ 5.200,00 (40%) e o produtor R\$ 7.800,00 (60%), ou seja, o prêmio líquido custará ao produtor 7,8%, um custo altíssimo que não cabe no custo de produção, daí da importância de o Estado fomentar a contratação deste tipo de seguro, mas em níveis que viabilizem o acesso ao seguro.

Vale lembrar que nos casos de produtores em regiões de maior risco, o prêmio pode passar de 18%, nesse caso, a taxa de prêmio líquida paga pelo produtor seria de 10,8%, inviável em qualquer atividade. Outras atividades, como frutas, tiveram redução de 60% (antes) para 45% (2016 a 2018) no apoio da subvenção. No caso da soja, em que o apoio era entre 40% a 60%, agora com a nova regra foi para 30% a 45%. Produtor enquadrado no Pronamp (médio produtor) não terá o benefício de subvenção de 60%, tendo que se adequar na nova regra por grupo de atividade. Isso que o Mapa estabeleceu como prioridade a classe média de produtores, mas as ações adotadas contradizem o discurso.

Outro questionamento que se faz é quanto à lógica do percentual de subvenção para grãos. O MAPA extinguiu uma medida que havia sido acordada com o setor privado num Grupo de Trabalho sobre padrão mínimo de cobertura do seguro agrícola. Com os



estudos desse grupo, o MAPA determinou que apenas seguros agrícolas com nível de cobertura acima de 60% da produtividade estipulada pela seguradora teriam apoio no programa, algo que foi aplaudido pelos representantes de produtores. Esse tipo de seguro, com baixo nível de cobertura é ineficaz e não recomendado na maioria das regiões do país. No entanto, a medida foi extinta com a nova regra.

Mas o que mais chama a atenção é que o seguro de grãos multirrisco com melhor cobertura (faixas acima de 70% de nível de cobertura) tem subvenção menor do que seguros considerados menos atrativos (60 a 65% de nível de cobertura), o que vai na contramão do fomento para contratação dos seguros com maiores e melhores coberturas. Essas medidas revelam uma preocupação maior com a meta de quantidade de apólices e produtores atendidos em detrimento do incentivo da contratação de seguros com melhor qualidade.

O risco que essa política pode gerar é da venda de seguros relativamente mais “baratos”, mas que dificilmente tem o gatilho do sinistro acionado para o produtor ter acesso ao ressarcimen-

to. Geralmente, o produtor teria que perder mais de 50% da produção para ter direito ao seguro, não cumprindo o objetivo do programa, portanto, de mitigar os riscos e prejuízos.

Além disso, o valor máximo de subvenção por beneficiário na modalidade agrícola será de R\$ 72 mil ao ano, antes era de R\$ 96 mil. Já para as outras, como pecuário, florestas e aquícola, alcançará R\$ 24 mil cada uma, antes era R\$ 32mil. Outra alteração no novo Plano Trienal foi a retirada de casos de exceção, que contavam com percentuais diferenciados de subvenção, como as microrregiões prioritárias, o que vinha gerando queixas de agricultores que não estavam nas prioritárias. Também havia uma relação de municípios e regiões prioritárias das culturas como algodão, ameixa, arroz, caqui, feijão, maçã, milho primeira safra, pêssego, soja, tomate, uva.

A FAEP, em defesa dos interesses dos produtores e visando dar continuidade ao desenvolvimento do mercado de seguro agrícola no país, vai encaminhar sugestões de alterações nas regras do PSR e está mobilizando o Congresso Nacional para suplementar os recursos no orçamento do PSR de 2016.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

Percentuais de subvenção sobre o prêmio e limites anuais de subvenção por produtor

Modalidades de Seguro	Grupos de Atividades	Tipo de Cobertura	Nível de Cobertura	Subvenção (%)	Limites Anuais (R\$)
Agrícola	Grãos	Multirrisco	50% – 55%	30%	R\$ 72 mil
			60% – 65%	45%	
			70% – 75%	40%	
			> 80%	35%	
	Frutas, Olerícolas, Café e Cana-de-açúcar	Riscos Nomeados	----	35%	
		----	----	45%	
Florestas	Silvicultura (Florestas Plantadas)				R\$ 24 mil
Pecuário	Aves, bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, ovinos e suínos	----	----	45%	R\$ 24 mil
Aquícola	Carcinicultura, maricultura e piscicultura				R\$ 24 mil
VALOR MÁXIMO SUBVENCIONÁVEL (CPF/ano)					R\$ 144 mil

Fonte: Mapa

Um risco desnecessário

Antônio Márcio Buainain | professor de Economia do Instituto de Economia da Unicamp

Pedro Loyola | economista do DTE-FAEP



A agricultura brasileira é um dos poucos setores que ainda não sucumbiu aos efeitos da crise que assola o país. Detentora de números robustos, é sempre bom lembrar que é a base do agronegócio, o qual responde por 35% dos empregos, 22,5% do PIB e 43% das exportações. Se para o longo prazo as perspectivas continuam excelentes, preços internacionais em queda, aumento significativo dos custos e flutuações da taxa de câmbio turvam o horizonte imediato e elevam as já altas incertezas e riscos que caracterizam a agropecuária. Apesar disto, os agricultores estão fazendo sua parte: tanto o IBGE como a CONAB esperam uma safra recorde de grãos para o período 2015/2016, cujo plantio ainda está em marcha, com expansão de 1,5% da área plantada.

E o governo, tem feito a sua parte? Nem tanto, principalmente quando se leva em conta a importância do setor! A análise das ações e declarações revela certa inconsistência e algumas contradições na política agrícola. Do lado positivo pode-se indicar que, apesar da elevação da taxa de juros e de atrasos na liberação dos recursos, 1/3 de todos os agricultores conseguiram financiamento oficial. Por outro lado, 2/3 continuaram tendo que usar recursos próprios, ou, outros mecanismos, como a venda antecipada e a troca de insumos por produtos, ainda que em condições significativamente mais desfavoráveis que nos anos anteriores.

Do lado negativo é preciso destacar a decisão de cortar os recursos orçamentários destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que viabiliza a contratação do seguro, único

mecanismo de mitigação dos riscos associados aos eventos climáticos e que garante o pagamento do financiamento da produção agrícola. Em 2014 apenas 14% da área agrícola do país teve a cobertura de seguro, muito pouco em relação aos riscos e aos prejuízos potenciais associados às catástrofes climáticas que afetam a maior parte da agricultura brasileira, de sequeiro e por isto dependente do regime de chuva. Mas, isto representou apólices para 118 mil produtores, contingente nada desprezível. Com o corte de 56% dos recursos do programa, mais de 60 mil produtores serão prejudicados e podem ficar sem seguro.

A decisão surpreendeu, uma vez que a ministra da Agricultura tem destacado o fortalecimento da classe média de produtores rurais e do próprio seguro agrícola como prioridades do governo. Os cortes no orçamento do MAPA acertaram em cheio estas duas prioridades e criam dificuldades justamente para aqueles que mais uma vez acreditaram no governo. E como a

Lei Orçamentária em discussão tampouco prevê recursos suficientes para o programa de seguro em 2016, cabe perguntar se as prioridades são de fato prioritárias.

O corte é anunciado quase em conjunto com a divulgação, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), ligada à ONU, que o atual El Niño deve ser o mais forte dos últimos 15 anos. Tal fenômeno intensifica os eventos climáticos —chuvas e estiagens— e modifica o calendário das precipitações, e há bases objetivas para esperar problemas nas lavouras do Sul, Norte e Nordeste, com chuvas concentradas no Sul, irregulares no Sudeste e Centro-Oeste e seca no Norte e Nordeste. De fato, o El Niño já vem causando danos, atrasando o plantio da soja no Centro-Oeste e do arroz irrigado no Rio Grande do Sul, e as adversidades climáticas severas estão castigando as lavouras no Sul, com perdas na qualidade e elevados prejuízos na produção de trigo e frutas devido ao excesso de chuvas e à ocorrência de diversos geadas e geadas.

O desenvolvimento da indústria do seguro precisa de planejamento, horizonte e orçamento robusto para mitigar o efeito de possíveis problemas climáticos que afetem a agricultura. Em momento de crise, não podemos nos dar ao luxo de brincar com o clima, que tem apresentado maior frequência de danos para a economia. A aposta é alta, e a conta recairá, como sempre, no colo dos agricultores e da sociedade em geral. Está mais do que na hora de alinhar ações e declarações. Entende-se que as metas possam ser modestas, mas que sejam pelo menos consistentes e confiáveis.

Por que a resistência aos EPIs?

Empregador tem o dever de exigir que o funcionário use o equipamento, que evoluiu e não é mais desconfortável

Por Katia Santos



Grzesiuk lembra que a Norma Regulamentadora 31.8 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), que trata do assunto, é clara: o produtor rural que contrata uma pessoa para esse tipo de trabalho, além de fornecer o EPI, é responsável pelo seu uso. Ou seja, o produtor deve exigir que o funcionário use corretamente os EPIs. Em caso de recusa, o empregado pode ser demitido por justa causa. Por outro lado, se o empregador não fornecer o EPI o funcionário pode se negar a executar o trabalho sem prejuízo.

“Eu sou macho, comigo isso não acontece”

O tema agrotóxico é polêmico entre especialistas, produtores rurais e ambientalistas, mas em dois pontos todos concordam: o fato dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) serem a grande ferramenta de proteção para produtores, operadores e trabalhadores que atuam na aplicação de defensivos. O segundo ponto: há muita resistência ao uso desses equipamentos.

Entre as reclamações apontadas pelos usuários, a mais comum é que o material gera desconforto térmico — ou seja, é quente demais. O engenheiro-agrônomo Francisco Grzesiuk, que é consultor na área e fabricante de EPIs, discorda. Ele atua no ramo há mais de 30 anos e esclarece que existem dois tipos de roupas especiais. Um deles é voltado para aplicações nas culturas de cana-de-açúcar, laranja, abacaxi, roseiras e café. Para esses casos a resistência mecânica do EPI precisa ser maior, para evitar que os espinhos e a estrutura áspera das plantas rasguem o tecido e contaminem o trabalhador. Para culturas como soja, milho, trigo e feijão, onde as aplicações são feitas em cima de um trator, o tecido do EPI pode ser mais leve, de modo a permitir maior ventilação.

Os agroquímicos são classificados de acordo com seu grau de toxicidade e de risco de exposição do trabalhador, e recebem uma faixa por cor, verde nível mais baixo; amarelo e azul para o risco médio e vermelho para o alto. “A maior parte dos casos de intoxicações acontece com os produtos de faixa verde, pelo fato de o trabalhador não ter a percepção do risco e acreditar que o contato com o produto não lhe fará mal”, afirma Grzesiuk.

A professora, farmacêutica e bioquímica Ellen Lopes, com 37 anos na área de qualidade e segurança do alimento, concorda com a afirmação do engenheiro. “Na minha opinião, o mais grave no Brasil, quando se fala de uso de agrotóxico, é a falta do uso de EPIs pelo aplicador. Outro fator que contribui muito para essa postura é o machismo, que não é uma exclusividade brasileira”, diz. Ela relata que, em uma viagem técnica na Espanha, encontrou um trabalhador totalmente encharcado com a deriva do agroquímico. Ela o questionou se ele não temia os efeitos do produto e ouviu como resposta: “Eu sou macho, comigo isso não acontece”.

Os registros dos casos ocorridos no país são do Ministério da

Saúde, através do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), criado em 1980. O último levantamento (2012) mostra que, em todo o país, 4.656 pessoas se intoxicaram com substâncias de uso agrícola. O levantamento aponta que não houve nenhuma notificação por intoxicação por agrotóxico nos centros de atendimento do Paraná (localizados em Curitiba, Londrina e Maringá) em 2011 e em 2012.



Como a intoxicação acontece

A intoxicação por agrotóxicos pode ocorrer por três vias de penetração no corpo humano:

1) Por ingestão – quando a pessoa tem contato com o produto e não lava as mãos e rosto adequadamente; quando o EPI não é colocado de forma adequada permitindo o contato do corpo, ou por tentativa de suicídio.

2) Via respiratória – quando inalado, o agrotóxico pode causar lesão nas vias aéreas superiores e não chega até os pulmões. Isso porque, para as gotículas alcançarem o pulmão, precisam ser menores que 14 micras (equivalente a uma parte milionésima do milímetro). Em geral, uma gota gerada pelos pulverizadores tem no mínimo de 40 a 50 micra. Essas gotículas ficarão retidas no nariz e serão absorvidas pela corrente sanguínea.

3) Pele – é o tipo mais comum de contaminação, pois o produtor se preocupa muito com os EPIs que protegem as vias respiratórias e acaba não usando as luvas e vestimentas, que também são essenciais.

“Do total de casos registrados, as contaminações por ingestão

e por via respiratória somam 5%, enquanto a por via dérmica totaliza 95%”, informa Francisco Grzesiuk. “Temos aproximadamente dois metros quadrados de pele, uma área grande que pode entrar em contato com os agroquímicos”, observa.

O especialista faz uma estimativa sobre a quantidade de agentes a que um trabalhador pode se expor na aplicação de produtos químicos na lavoura. Segundo ele, um aplicador em um pulverizador sem cabine, que tenha uma jornada de trabalho de sete horas, com ventos de 6,5 km/hora (bem fracos) terá tido contato com aproximadamente 40 mililitros de agroquímico ao final do dia, caso não tenha usado equipamentos de proteção. É o equivalente a um pouco menos que um copo descartável de cafezinho.

Materiais especiais

“Esse volume corresponde à pulverização do corpo diretamente por três a quatro vezes. A roupa dele ficará úmida e ele ficará em contato com o produto durante toda a sua jornada de trabalho. Só o EPI confeccionado com um tecido especial é capaz de proteger o trabalhador”, diz o agrônomo.

Para proteger toda a extensão do corpo o trabalhador deve usar touca árabe (ou boné árabe), óculos, respirador, protetor facial, blusa, calça, avental, luvas e botas.

A blusa e a calça devem ser confeccionadas em algodão com tratamento hidrorrepelente, que mantém a ventilação ao mesmo tempo em que mantém uma barreira física para líquidos. As luvas têm que ser impermeáveis e produzidas em borracha nitrílica para suportarem os solventes que existem nos agrotóxicos. As de látex derretem em contato com solvente. As botas devem ser impermeáveis (pvc ou borracha) e terem cano alto para que a calça seja colocada fora da bota (veja figuras) e também precisam ser impermeáveis.

“É muito comum no interior os trabalhadores usarem botas de couro. Eles nunca devem usar esse tipo de calçado quando estiverem em contato com agroquímicos. Porque o couro absorve o produto, transformando o calçado do funcionário em um foco permanente de contaminação, inclusive para a residência. Não se consegue eliminar os resíduos do calçado”, orienta.

Os EPIs precisam ser avaliados por laboratórios credenciados pelo MAPA. O grau de eficiência desse material, segundo Grzesiuk, varia de 95 a 99%. Atualmente, apenas dois laboratórios no Brasil têm essa autorização: o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e um laboratório da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

“Há cerca de quatro anos foi criada uma regulamentação que determina os padrões de produção, esse foi um grande avanço em relação para a fabricação dos EPIs. Hoje o Brasil é uma referência para o mundo em com a adoção da ISO 27065. Muitos países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá e Austrália, ainda não adotaram os padrões dessa ISO”, afirma.

COMO VESTIR CORRETAMENTE O EPI

1



O trabalhador deve usar uma bermuda e uma camiseta por baixo, para não deixar o EPI em contato direto com o corpo. Vestir primeiro a calça e depois a blusa. A calça deve ser colocada e ajustada na cintura para não cair. A blusa deve ficar por fora da calça, para evitar que, em caso de cair produto na blusa, não escorra para dentro da calça.

2



As botas devem ser vestidas com meias de algodão, para evitar machucados nos pés. Após a calça ser colocada, ela deve ser puxada para fora do cano da bota, para evitar que o produto escorra.

3

As luvas devem ser escolhidas conforme o tamanho da mão, ficando bem justas para não atrapalhar ou causar acidentes. Colocar por fora ou por baixo da manga vai depender do tipo de aplicação. Se a aplicação for para baixo (aplicação de herbicida com equipamento costal) a luva deve ficar por dentro da manga. Se a aplicação for para cima, como, por exemplo, em copas de árvores, a luva deve ficar por fora da manga.



FORMA CORRETA DE TIRAR O EPI

1



Lavar bem as luvas para a retirada de todo o produto que está impregnado, diminuindo a exposição.

2



No caso de estar com o avental, retirá-lo primeiro. Quando for retirar a blusa, ter muito cuidado para não colocá-la e em contato com a pele ou com o respirador, para não contaminá-los.



Na retirada das luvas é preciso muito cuidado, pois é um EPI bastante contaminado. Soltar os dedos de uma luva e depois da outra, e só retirá-las completamente ao final. Outra orientação importante: o respirador é o último equipamento a ser retirado. Ele pode ser guardado em um saco plástico para evitar contaminação.



3

Discutindo a conservação de solos

Workshop da Rede de Agropesquisa reúne universidades do Paraná



O Comitê Gestor da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada reuniu num workshop pró-reitores de diversas universidades do Paraná, em Curitiba, nos dias 23 e 24 de novembro. O objetivo foi discutir as estratégias para consolidação da Rede e as formas de operacionalizar suas ações de maneira a atender as demandas estabelecidas como prioritárias nas pesquisas direcionada às necessidades do agronegócio. “A aproximação do meio acadêmico do setor produtivo é uma necessidade, supri-la significa aproveitar todo o conhecimento da universidade e colocar o Paraná na vanguarda. A pesquisa é um dos desafios para o desenvolvimento do agronegócio nos próximos anos”, diz o presidente do Sistema FAEP-SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Um dos temas definidos como prioritário na linha de trabalho é a conservação de solos, que também teve um workshop específico realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, no qual se debateu um conjunto de ações efetivas para o manejo e conservação de solos. “São múltiplas ações de pesquisa e transferência de tecnologia e a qualificação de técnicos para orientar produtores nas diversas realidades regionais de solos”, explicou Ronei Volpi, representante da FAEP no comitê.

Um dos exemplos das diferenças de solos e da prioridade é o caso de regiões do Estado em que o terraceamento utilizado hoje não é adequado ao tamanho do maquinário.

Volpi explica que a grande inovação da Rede é a mudança de visão do pesquisador como cliente da pesquisa e a mudança de cultura que envolve o trabalho coletivo. “É uma forma de otimizar recursos humanos, equipamentos e reduzir custos e tempo”.

Participaram 35 profissionais da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), de seis universidades estaduais, da Fundação ABC e da Fundação FAPA, Instituto Emater e Universidade Positivo. Os secretários da Agricultura e Abastecimento (Seab), Norberto Ortigara, e da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (Seti), João Carlos Gomes, também participaram do evento. Além de técnicos da Seab, Seti, Codapar, Iapar e Sistema FAEP.

A Rede

A Rede foi criada em setembro através de decreto com o objetivo de incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica para o setor agropecuário. As prioridades da Rede são definidas pelo Comitê Gestor composto por integrantes da FAEP, da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Seti, Seab e Iapar.

Empreendedores em festa

Evento de premiação ocorre na próxima sexta-feira, em Pinhais



Quase 5 mil produtores rurais devem participar da cerimônia de premiação do Programa Empreendedor Rural (PER) de 2015, realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR em parceria com o Sebrae-PR e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep). O evento contará com palestra do consultor Xico Graziano. A grande festa do empreendedorismo agropecuário será no dia 4 de dezembro, sexta-feira, no pavilhão de exposições ExpoTrade, em Pinhais.

Nesta edição do programa, foram avaliados 99 projetos de todo o Paraná, visando melhorias em processos e na produção. Os dez finalistas foram escolhidos por uma banca composta por técnicos do SENAR-PR, FAEP, Fetaep, Sebrae-PR e professores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que se reuniu entre os dias 4 e 6 de novembro. Os três primeiros lugares no concurso ganham o direito de participar de uma viagem técnica, que poderá ser nacional ou internacional.

Veja o resumo de cada um dos projetos.



Projeto: Criação de Ovinos

Autores: José Luis Alves Miguel

Município: Cambira

José Luis, 55 anos, é filho do fundador da Fazenda Santo Antônio, Alfredo Miguel, falecido em 2013. Ele é funcionário público e faz a gestão da propriedade. A partir do planejamento estratégico, analisando pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades da Fazenda Santo Antônio o projeto definido foi de estruturação da criação de ovinos. Hoje a propriedade tem dois machos e três fêmeas. Para o projeto, a pretensão é iniciar a atividade com um plantel de 50 matrizes para conhecimento de experiência na atividade, reavaliando o resultado periodicamente a fim planejar o crescimento para 300 matrizes. A área de pastagem para criação é de aproximadamente

24 hectares, que será reformada junto com o aprisco já existente. Considerando um lote inicial de 50 matrizes, no final do ciclo, 59 cordeiros terminados, que devem render carcaças entre 16 kg a 22 kg, perfazendo um total aproximadamente de 1.122 kg de carne em cada ciclo (aproximadamente 8 meses).



Projeto: Bovinocultura de corte – implantação e reforma de pastagens na Fazenda Lagoa Seca

Autores: Marcio Manfredini e Rossana Campello Manfredini
Município: Candói

Rossana é a quinta geração da família Campello na Fazenda Lagoa Seca, cuja área é de 354 hectares. As atividades da propriedade são bovinocultura de corte (330 cabeças, incluindo charolês, canchim, e red angus) somente de recria e engorda; e arrendamento para as culturas de batata e soja. O arrendamento garantiu capital de giro para alavancar a bovinocultura de corte. Para o planejamento estratégico da empresa foram realizadas três reuniões com os colaboradores para averiguar o potencial da propriedade para a bovinocultura de corte, baseando-se na compra de animal com genética de excelência

e alimentação fundamentada na implantação e reforma de pastagens.



Projeto: Construção e reforma de benfeitorias para otimizar a mão de obra na atividade leiteira

Autores: Redivange De Marchi e Maria Angela Herman De Marchi
Município: Mallet

Redivange De Marchi é técnico de contabilidade e a Maria Angela é engenheira-agrônoma. O casal tem um filho de 15 anos que estuda no Colégio Agrícola e gosta muito das atividades da propriedade. Todo o diagnóstico foi realizado pelo casal, que montou o planejamento estratégico da empresa rural, em duas reuniões. Para intensificar a atividade leiteira, o projeto destina metade da área que está arrendada para construção do barracão com canzís autotravantes para aumentar a produção de silagem.



Projeto: Projeto de aquisição de área para intensificação de produção de leite

Autores: Patricia Simer
Município: Marmeleiro

A Chácara Simer situa-se na cidade de Marmeleiro e consiste em 14,2 hectares e é dividida por dois donos. Patricia Simer (24 anos), formada em Tecnologia de Alimentos, é filha de um deles e acabou retornando para atividades devido aos problemas de saúde de seu irmão, que era quem cuidava de uma boa parte das atividades na propriedade. A empresa rural tem 40,5% da área destinadas a pastagens rotativas, que servem de alimentação para o rebanho leiteiro. A área de preservação permanente corresponde 15,7% e 7% tem as construções que compõem a empresa, como casa e curral. A aquicultura ocupa cerca de 11,2%. O planejamento

estratégico revelou a necessidade de arrendamento de outra área, que não faz divisa com a propriedade, para plantar milho para produção de silagem. A família tem como projeto a aquisição de área para intensificação da produção leiteira.



Projeto: Construção de free-stall para ampliação da pecuária de leite

Autores: Rozelene Lurdes Demarchi

Município: Medianeira

O Sítio São Francisco tem área de 27,83 hectares, com atividades de leite, soja, milho, piscicultura e coelhos. O proprietário, Benvindo Demarchi é casado com a Salete Gloria Fontana e tem três filhos, Rozane, Rozelene e Volnei, que trabalham e moram na propriedade. Rozelene é solteira, formada em Tecnologia de Alimentos e em Tecnologia em Processos Gerenciais. Buscou fazer o Empreendedor Rural para integrar com as atividades da propriedade. Após algumas reuniões com a família e análise das informações, percebeu que a rentabilidade a atividade de leite na propriedade é baixa e em outras propriedade o

resultado é melhor, optou-se então na Construção de um free-stall para intensificar a produção de leite, melhorando a seu patamar em termos de produtividade, bem-estar animal e qualidade na produção.



Projeto: Pedacinho do Céu – cultivo de rosas de corte

Autores: Caroline de Carli e Mariliva de Carli

Município: Palotina

Pedacinho do Céu é uma empresa rural que se situa em Palotina com uma área total de 12,1 hectares, com produção diversificada: avicultura, suinocultura por sistema de integração, flores (crisântemos e kalanchoes) em estufa, gado de leite, lavoura de milho e soja. Há também outra propriedade, com 12,1 hectares arrendado para pastagem. Tendo em vista a diversificação, optou-se por implantar uma área com 3 mil pés de rosas, inicialmente, pois a propriedade já possui a maioria dos equipamentos e o custo de implantação é acessível.



Projeto: Sítio Vale do Mel – Agricultura e Pecuária Leiteira

Autor: Flávia Smulek

Município: Prudentópolis

O Sítio Vale do Mel tem uma área total de 115,56 hectares, com uma produção diversificada: soja, milho, trigo, aveia e leite. A família Smulek mora na propriedade e é a mão de obra existente. Flávia tem 19 anos, cursa Agronomia e trabalha com gado de leite. O planejamento estratégico da propriedade foi realizado em família, assim com a análise das informações. Foi decidida a construção de um novo tratador, com capacidade para 30 vacas em lactação, e a implantação de uma nova variedade de pastagem capim pioneiro, com divisão de piquetes.

**Projeto: Implantação e Divisão de Pastagem no Sítio da Amizade**

Autores: Debora Strada Bialeski

Município: Rio Azul

O Sítio da Amizade tem como principal atividade a bovinocultura de leite, mas também é feito cultivo de milho para silagem e, eventualmente, parte da área é alugada para soja. O rebanho atual é de 33 cabeças da raça Jersey meio sangue Holandesa. O planejamento estratégico foi realizado em três etapas, resultando na compreensão de que a rentabilidade da pecuária de leite é baixa, se comparada com outros produtores. Assim, optou-se por buscar aumentar a produção e a qualidade do leite mediante a implantação e divisão de pastagens.

**Projeto: Ampliação de viveiros para piscicultura**

Autor: Aline Bonk

Município: União da Vitória

Chácara d'Areia tem área de 4 hectares, onde encontra-se a sede (onde mora a família) e há cultivo de milho no verão e pastagens no inverno, erva-mate e reflorestamento. Uma segunda área tem 142 hectares de produção de milho no verão e pastagens no inverno, capões de erva-mate, viveiros de piscicultura, reflorestamento, gado e apicultura. Para todas essas atividades a empresa conta com Walter Carlos Bonk (57 anos), marido de Ana Bonk, que moram e trabalham ativamente nas propriedades. Aline (24 anos) é bióloga e estudante de agronomia. É casada com Tiago (33 anos), com quem tem um escritório de assessoria ambiental. Aline auxilia nas atividades e tem pretensões de

retornar a propriedade. Com o diagnóstico realizado e o planejamento estratégico, foi definida a ampliação da atividade de piscicultura, com a construção de novos viveiros (16) numa área de 0,4 hectares localizada na chácara.

**Projeto: Juvenil de tilápia vacinado**

Autores: Renata Cavallare Sanches e Valério Angelozzi

Município: Primeiro de Maio

A Chácara Angelozzi produz anualmente 60 toneladas de peixe vivo. Após o diagnóstico da propriedade e o planejamento estratégico, definiu-se o projeto de expansão da piscicultura. O casal fez o estudo de mercado, e a avaliação do projeto, que tende a ser viável a longo prazo.

Um cafezinho para despertar

Mecanização e manejo correto resgatam a cultura no Norte Pioneiro

Por André Amorim



Em outubro deste ano, três cafeicultores do Norte Pioneiro do Paraná ficaram entre os finalistas do Cup of Excellence, competição internacional que elege os melhores cafés do mundo. Como prêmio, eles poderão vender sua produção em um concorrido leilão internacional, onde os lotes podem obter um preço até 3.000% superior aos valores de referência do café negociado na Bolsa de Nova York.

O fato de os três finalistas paranaenses virem da mesma região (são dois em Tomazina e uma produtora é de Jacareizinho), não é mera coincidência. Há alguns anos, o Norte Pioneiro vem consolidando sua vocação para a produção de cafés de alta qualidade. Em 2012, a região conquistou o status de Indicação Geográfica de Procedência (IGP), fornecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Com essa distinção, o café produzido no Norte Pioneiro passa a ter uma identidade própria, garantindo a origem, os processos de produção, além de carac-

terísticas sensoriais do grão produzido nesta região.

Esse é um capítulo recente de uma história que vem sendo escrita há cerca de duas décadas, e que agora começa a render bons frutos. A atividade cafeeira, que aos poucos ia sumindo das paisagens paranaenses, ressurgiu com uma nova aptidão, mirando o mercado de cafés especiais.

“Para liberar financiamentos para a cultura, o Banco do Brasil exige que o produtor tenha feito curso específico do SENAR-PR”

“Em 1994 o objetivo era aumentar a produtividade, que era de oito a nove sacas por hectare. Hoje estamos em busca de maior qualidade”, explica o engenheiro-agrônomo do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Otávio Oliveira da Luz. Segundo ele, hoje a produtividade média do Paraná é de 26 sacas por hectare. Em Carlópolis, município sede onde atua o agrônomo, a média é de 30 sc/ha, sendo que alguns produtores conseguem mais de 50 sc/ha.

O segredo, segundo o agrônomo, envolve o manejo correto do solo, a escolha adequada das variedades e a mecanização, que barateou o processo, tornando a atividade viável. Tudo isso sob a orientação constante da assistência técnica. “Em um ano tivemos mais de 300 produtores do município treinados pelo SENAR-PR e pela Emater”, conta. Segundo Oliveira, uma das exigências do Banco do Brasil para a liberação de financiamentos para o plantio de café é que o produtor tenha feito o curso do SENAR-PR.

Revitalização, mecanização e manejo

O processo de revitalização da atividade cafeeira na região contou com a estruturação do cenário produtivo. Foram criadas associações, como a Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP), e outras que estruturam ações nos municípios, como a Associação dos Produtores de Cafés

Especiais de Carlópolis. Para negociar a produção foi criada a Cooperativa de Cafés Especiais e Certificados do Norte Pioneiro do Paraná (Cocenpp).

Esse trabalho contou com a atuação do Sebrae, através do projeto Cafés Especiais, que estimulou a produção de cafés de alta qualidade e grande valor agregado. Ao todo estão envolvidos mais de 7.500 produtores em 45 municípios do Norte Pioneiro.

Um dos pilares destas mudanças é a mecanização. “Hoje dá pra mecanizar quase tudo”, explica Oliveira, da Emater. Desde o plantio até a colheita e a poda das plantas, sem falar da lavagem, secagem e descascamento dos grãos.

Segundo ele, no manejo tradicional – que utiliza ampla mão de obra – muitos grãos eram colhidos ainda verdes na época da colheita, que ocorre entre maio e setembro. “Hoje você só colhe quando o café está maduro”, conta. Isso é possível através do “mapa da florada” que o produtor desenha conforme a planta floresce, entre sete e oito meses antes da colheita. Através dele é possível identificar onde estão os grãos que vão amadurecer antes. “O produtor já vai marcando e pode planejar meses antes como entrar com a máquina para colher”, explica. Dessa forma ele pode identificar os talhões onde o grão amadurece mais precocemente e onde é mais tardio, também é possível regular a máquina para colher os grãos que floriram mais em cima ou mais embaixo do pé de café.



Várias pequenas colheitas

Em vez de uma longa e onerosa colheita manual que duraria quatro meses, os produtores têm várias pequenas janelas de colheita, onde colocam as máquinas para trabalhar. “Só vai apertar na hora de secar o grão, por isso tem que planejar bastante”, orienta o agrônomo, referindo-se à utilização dos terreiros. De acordo com a Emater, em Carlópolis, uma máquina leva cerca de quatro horas para colher um hectare de café, uma média de seis hectares por dia.

Com essa metodologia, reduz-se a quantidade de grãos verdes, que prejudicam a qualidade do café. Segundo Oliveira, o percentual de café verde tolerado varia entre 10% e 12%. Em Carlópolis, onde a mecanização caminha a passos largos, esse índice seria de 4%.

A incorporação dessas técnicas e tecnologias vem transformado o horizonte econômico do município. “Hoje vejo gente voltando para o café”, conta o produtor Marcelo Valdevino da Luz. Segunda geração na cultura cafeeira, ele viu a atividade passar por tempos difíceis e agora enxerga uma retomada com o novo manejo do café que está sendo difundido na região. “É uma evolução, se não estivesse acompanhando não estaria mais no café”, avalia.

Com cursos do SENAR-PR na área de cafeicultura e administração rural, sua propriedade tornou-se referência de algumas práticas no campo. No ano passado ele colheu cerca de 1,8 mil sacas em 25 ha, enquanto outros 20 ha estavam sendo renovados. Este ano são 45 ha produzindo. “Estou conseguindo fazer qualidade de grão e quantidade por hectare”, comemora.

Nos últimos seis anos, Da Luz conta que investiu R\$ 1 milhão na propriedade, o que incluiu a compra de terras. Mas nem todas

as apostas no café precisam ser tão altas. Para otimizar o custo do uso das máquinas é comum na região a troca de serviços entre produtores. É o caso do produtor Reinaldo da Silva, que este ano cultiva 2,5 ha de café em Carlópolis. Ele conta que além da troca de serviços as parcerias entre produtores amigos e vizinhos incluem a compra de máquinas em conjunto. Apesar de não ter ainda o espaçamento correto para a passagem das máquinas na sua lavoura, Silva utiliza o manejo correto recomendado pela Emater e pelo SENAR-PR, que é outro pilar da produtividade.

Segredos do solo

Em Carlópolis é comum encontrar lavouras de café novas e reformadas. A maioria bem estruturada, em linha reta, com o espaço entre as plantas preenchido por brachiária ou mesmo por capim comum, que depois é roçado para deixar uma camada de palha cobrindo o solo. “Não pode aparecer a terra. Ou verde, ou palha seca”, explica Oliveira. Além de proteger o solo da erosão, controlar a temperatura e preservar a umidade, esse sistema contribui para o controle biológico. Ao atrair insetos para a lavoura, essas plantas trazem junto os inimigos naturais da broca, do bicho mineiro e de outras pragas dos cafezais.

O esqueletamento (uma poda intensa das plantas) é outra técnica incorporada pelos produtores da região. A velha história dos cafeeiros cinquentenários da casa do bisavô, que produziam pencas de grãos não faz jus à realidade. O pé de café deve se renovar para continuar produzindo bem. Por isso também é comum que os produtores dividam seus cafezais em áreas onde vão alternando a renovação das plantas, de modo a estarem sempre vigorosas.



Otávio, da Emater, mostra o manejo correto do solo: ou verde ou palhada, nunca a terra nua

“Em um ano o produtor colhe e no outro ano ele poda as plantas. Na próxima safra ele vai colher o dobro”, afirma o técnico da Emater. A técnica é valiosa, uma vez que o maior custo da produção do café está justamente na colheita. Dessa forma, seria melhor colher uma safra de 100 sacas a cada dois anos, por exemplo, do que pagar por duas colheitas de 50 sacas.

Cuidado com a Qualidade

Se o manejo da cultura é a chave para a produtividade, é no beneficiamento do grão que está o segredo da qualidade do produto. “De nada adianta gastar tempo e dinheiro para fazer o manejo correto e depois estragar na colheita e na secagem”, lembra Oliveira. Para aprender a classificar o próprio produto, os cafeicultores da região buscaram conhecimento em Minas Gerais e no Espírito Santo, onde os cafés especiais já estão consolidados.

O SENAR-PR também atua na região oferecendo cursos na área de classificação de grãos, onde os produtores e trabalhadores rurais podem aprender a identificar os erros ocorridos na colheita, na secagem e diversos outros aspectos ligados à fase de beneficiamento do café que ocorre depois que ele é colhido.

Com objetivo de intensificar a busca pela qualidade do café, no início dos anos 2000 foram formados 20 degustadores na região, que fizeram um curso do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Mais tarde foi instalado um laboratório de degustação e classificação de café, através de uma parceria, na qual a prefeitura de Carlópolis fornece a mão de obra técnica e a Associação dos Produtores de Cafés de Carlópolis a estrutura física.

Quem toma conta do laboratório é José Adalto de Oliveira que também é instrutor do SENAR-PR na área de café. O local possui equipamentos para torra do café e uma estrutura para degustação da bebida.

Mercado especial

O café é considerado “especial” quando obtém mais de 80 pontos na escala da Associação Americana de Cafés Especiais (Specialty Coffee Association of America - SCCA). Os atributos analisados desses cafés vão desde as qualidades físicas, origem, modo de produção e - claro - o sabor. Os cafés “certificados”, além destas caracte-

rísticas, levam em conta questões referentes às boas práticas agrícolas, que englobam preceitos ambientais e sociais.

Para comercializar os cafés especiais e certificados que vêm sendo produzidos no Norte Pioneiro, foi criada em 2011 a Cooperativa de Cafés Especiais e Certificados do Norte Pioneiro do Paraná (Cocenpp). Segundo o consultor do Sebrae na cooperativa, Ivan Tomé de Souza, o volume de café produzido com estas características ainda é limitado, mas guarda um enorme potencial. “Aquilo que é produzido com qualidade tem mercado garantido”, avalia.

No ano passado a Cocenpp exportou cerca de 640 sacas de cafés especiais e certificados. Para garantir a qualidade ao longo da viagem, o produto tem que ser enviado em contêineres lacrados, com lotes numerados. Dentre os compradores do café do Norte Pioneiro estão Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Hoje, segundo Tomé, Cocenpp conta com 120 cooperados, e a expectativa é chegar a 2020 com 400 produtores. Na opinião do consultor para impulsionar a atividade na região o caminho é fortalecer o associativismo, para reduzir custos e unir forças, e melhorar as condições logísticas.



Novos desafios no campo

Sociólogo defende mudanças no perfil da agricultura brasileira



A população do planeta deverá passar dos atuais 7 bilhões para perto de 10 bilhões de pessoas até 2050, segundo projeção da Organização das Nações Unidas (ONU). Diante desse aumento populacional, a expectativa é de que ocorra uma elevação de 70% no consumo de alimentos. Isso deve incentivar mais ainda o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, mas, afinal como saber o que vem pela frente? Qual será o perfil do produtor rural do futuro? Quem permanecerá na atividade rural? Em entrevista à repórter Hemely Cardoso, o sociólogo e professor apo-

sentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Zander Navarro responde a essas questões e comenta sobre os equívocos que ocorrem quando se trata de agricultura familiar em relação ao agronegócio.

Navarro é um dos editores técnicos do livro “O Mundo Rural no Brasil do Século 21 – A formação de um novo padrão agrário e agrícola”, lançado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no ano passado, com a ajuda do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o escri-

tório brasileiro do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recrutados em diversas instituições científicas do país, 51 pesquisadores das áreas de agronomia, economia, ciências sociais, engenharia de alimentos, medicina-veterinária, estatística e matemática, produziram um trabalho de quase 1.200 páginas sobre o mundo rural.

Boletim Informativo - Na sua avaliação como será o produtor do futuro? Quem vai permanecer na atividade?

Zander Navarro - Em termos mais gerais, permanecerá na atividade apenas o produtor rural que for aberto às inovações e ao contínuo aperfeiçoamento tecnológico de sua propriedade, mantidas as condições de rentabilidade. Ou seja, sempre aberto à modernização de seu negócio, mas com extremo cuidado em relação ao resultado monetário positivo de toda e qualquer mudança que for operada. Agricultores muito resistentes às inovações irão ficando para trás, com produtividade mais baixa e, assim, relativamente, vão se enfraquecendo perante os demais. Em uma agricultura que está na iminência de se tornar a principal do mundo, como a brasileira, não haverá mais lugar para o produtor que se vale apenas das tradições ou do seu “instinto”. A agricultura tende a se tornar extremamente complexa, com alta densidade tecnológica e um oceano de dados à disposição e, por isso, os agricultores precisarão ser, cada vez mais, profissionais da atividade. O tempo do amadorismo terminou.

BI- Como os pequenos produtores poderão ter acesso à tecnologia e não ficar de fora do mercado?

ZN - Os produtores de menor porte econômico estão fortemente ameaçados nesse período histórico que vivemos, por-

que está se formando no campo um acirramento concorrencial cada vez mais forte. Atualmente, os processos econômicos vigentes nas regiões rurais brasileiras definem claramente quem são os vencedores e quem são os perdedores. Por isso, para os pequenos produtores não existe outro caminho: ou se organizam coletivamente, em cooperativas ou associações, e buscam ganhar alguma escala enquanto grupo, ou terão muitas dificuldades para permanecer na atividade. É urgente o incentivo às formas organizacionais dos pequenos produtores, inclusive com incentivos financeiros oriundos de políticas públicas, além de ampla campanha de conscientização. A “questão social” no campo brasileiro, em nossos dias, é exatamente essa: qual será a proporção de pequenos produtores que permanecerá como agricultores em um tempo relativamente curto, de 15 a 20 anos? Se nada for feito de muito diferente do que vemos atualmente, não teremos mais do que 6%, 8% da população diretamente envolvida na agricultura em 2030.

BI- Quais as mudanças necessárias para salvar a agricultura de pequeno porte?

ZN - Para garantir uma proporção significativa de produtores de menor porte com renda satisfatória e bem-estar no campo é preciso ativar com muito mais inteligência e rapidez a combinação entre o intenso treinamento das famílias rurais mais o acesso favorecido à moderna tecnologia existente e, também, o estímulo às formas organizacionais. Esse é o “trio de medidas” que é urgente para os pequenos produtores: treinamento + tecnologia + organização. E sempre sob uma ótica que parece ter sido esquecida em muitas partes do Estado brasileiro - qual seja, ter em mente que as atividades agropecuárias são uma atividade primordialmente econômica e, por isso, as contas precisam fechar, produzindo renda satisfatória para as famílias rurais. Se não for assim, quem permanecerá no campo, em face de tantas precariedades existentes? São poucas as regiões rurais nas quais a vida

social é mais próspera e os jovens rurais desejam permanecer na atividade. Sem esperança em relação ao futuro da atividade, a fuga do campo continuará e em 15 a 20 anos as regiões rurais brasileiras serão um deserto demográfico, sem nenhuma vida social.

BI- Quais são os equívocos que ocorrem quando se trata de agricultura familiar versus agronegócio?

ZN - Esse é um dos nossos maiores erros. Foi criada uma falsa polarização entre “agronegócio” e “agricultura familiar”, o que não existe na vida real. Se existisse essa polarização, significaria que a multidão de pequenos produtores não teria interesse em resultados financeiros positivos ou renda mais alta, o que é um absurdo. O adjetivo “familiar”, concretamente, apenas indica a forma de administração do estabelecimento, que é gerido pela família, nada mais do que isso. Por essa razão, uma propriedade gigantesca pode ser “familiar”, se o dono e seus familiares realizarem a administração do imóvel. É preciso eliminar rapidamente de nossas análises esse equívoco grosseiro. No senso comum, a expressão “agricultura familiar” se refere aos pequenos produtores, talvez incluindo também alguns médios produtores e existe a intenção de organizar políticas específicas para esse grupo. Nos Estados Unidos, o indicador utilizado é o da renda bruta da produção. Não poderíamos fazer algo similar? Assim, saberíamos onde estão os familiares mais pobres, os médios e aqueles com mais renda e recursos e, assim, as políticas públicas seriam operadas em acordo com tais resultados monetários. Os outros critérios da lei brasileira são absurdos. Por exemplo, qual a justificativa para restringir o apoio público aos pequenos produtores se esses contratam assalariados? Ao estabelecer esse critério, a lei estabeleceu um condicionante anticapitalista que não faz sentido, pois esse é o regime econômico que impera no país. A lei da agricultura familiar sugere que os pe-

quenos produtores estariam vivendo em outro país e sob outra economia, o que é algo inacreditável. É por isso que precisamos nos esforçar para discutir melhor esse tema e mudar os erros existentes.

BI - E o futuro? Qual modelo tecnológico prevalecerá?

ZN - Cada vez mais, a agropecuária tem seguido uma direção, que é organizar os sistemas produtivos a partir das inovações no campo da biologia e da intensificação dos processos mecânicos os mais diversos. Estamos vivendo uma verdadeira “revolução tecnológica” e é claro que a agropecuária não ficará de fora dessa radical transformação ora em curso. A “era da química” na agropecuária está gradualmente passando, inclusive por pressões dos consumidores. Além disso, o modelo da chamada “agricultura moderna”, o padrão desenvolvido a partir de meados do século XIX e que posteriormente estruturou-se no século passado, organizando todas as agriculturas do mundo, precisará também “esverdear-se”, ou seja, tornar-se ambientalmente mais apropriado, em face das ameaças climáticas hoje existentes. Tudo somado, o modelo tecnológico dominante na agricultura, digamos, em 2050, nas situações mais modernas (incluindo muitas regiões brasileiras), incluirá enorme densidade científica e complexidade de análise, embora com muito maior precisão na organização da produção. E também incluirá uma possibilidade inédita, que será “customizar” o modelo tecnológico para cada propriedade específica, pois o detalhamento dos dados existentes permitirá que cada estabelecimento possa organizar seu padrão tecnológico com algumas particularidades, em função dos recursos existentes (água, por exemplo), da qualidade de seus solos e até da capacidade gerencial da família rural. Mas, será um padrão tecnológico, em particular, de grande complexidade. É por isso que não existirão mais agricultores amadores, mas somente os “profissionais da agricultura”.

Comemorando o quarto lugar

Graças ao produtor rural, Paraná ultrapassa Rio Grande do Sul no ranking dos maiores PIBs do Brasil



São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Paraná e Rio Grande do Sul, nesta ordem. Esse é o novo ranking dos Estados brasileiros de acordo com a geração de riquezas – ou seja, em ordem decrescente do tamanho do PIB –, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), com base em informações de 2013. A novidade aí é a posição em que o Paraná aparece: pela primeira vez, o Estado suplantou os gaúchos e surgiu em quarto lugar. Um feito em que você, produtor rural, tem uma importante participação.

Segundo o IparDES, desde 1949 o Paraná ocupava a posição

de quinta maior economia do Brasil. Em 2013 – os dados regionalizados sobre o PIB são sempre divulgados com atraso em relação às contas nacionais –, o Paraná gerou 6,3% das riquezas do país, contra 32,1% de São Paulo, 11,8% do Rio, 9,2% de Minas e 6,2% do Rio Grande do Sul.

Naquele ano, o PIB do Estado somou R\$ 332,8 bilhões, um crescimento em termos reais (já descontada a inflação) de 5,6% em relação ao ano anterior. Crescimento foi liderado pelo desempenho da agropecuária, da indústria de transformação e do setor de serviços, ainda de acordo com o IparDES. Na indústria, a produção de automóveis foi importante, e a geração de energia

de Itaipu também fez diferença. “O resultado do Paraná foi influenciado pela safra cheia de grãos e pelo bom desempenho de energia com produção de Itaipu”, explica Sinval Dias dos Santos, chefe do IBGE no Paraná.

Os dados mostraram um crescimento importante na participação do agronegócio na economia estadual. Em 2010, o setor respondia por 9,2% do PIB local. Em 2013, essa participação cresceu para 10,4%. Esse avanço é resultado da melhoria da produtividade do diversificado cenário rural do Estado, que tem aproveitado bem todas as possibilidades de crescer, tanto no mercado interno quanto por meio das exportações. “A agropecuária vem sendo um destaque na economia do Estado, com desdobramentos positivos também na indústria. A produção no campo estimula a produção de máquinas e equipamentos, de derivados lácteos e de biocombustíveis por exemplo”, explicou Julio Suzuki Júnior, presidente do Iparades.

A indústria, por sua vez, cresceu menos, e reduziu sua participação de 28,1% para 26,2% no período. O setor de serviços, que inclui o comércio, ganhou espaço, de 62,7%, para 63,4%. “Em economias desenvolvidas é natural que o setor terciário passe a ter uma participação maior”, disse Suzuki.

Cenários para a recessão

Por serem de 2013, ano em que o Brasil cresceu 2,3%, os dados não refletem a crise econômica que “segurou” o desen-

volvimento econômico do país a partir de 2014 – muito menos a recessão que se espera para este ano e, pelos cenários que se desenham, também para 2016. Tal panorama tende a prejudicar a performance de setores dependentes do cenário interno, como a indústria de automóveis e o segmento de serviços. Mais uma vez, pode-se esperar que a fatia do agro volte a aumentar.

A pesquisa Focus, divulgada semanalmente pelo Banco Central com as estimativas de analistas de bancos e consultorias sobre as perspectivas econômicas, apontam para uma retração 3,15% no PIB no Brasil nesse ano. Para 2016, outro recuo, de 2,01%. “Não dá para dizer que a economia paranaense não será afetada”, opina Suzuki. “O ano de 2015 tem sido terrível para a economia brasileira. Mas há fatores positivos, como o bom desempenho do agronegócio, que deve ajudar a minimizar os efeitos da crise no Estado, principalmente no Interior”, afirma.

Em termos de renda per capita, o Estado tornou-se o sexto do país, também subindo uma posição. Em 2013, o Estado registrava uma renda de R\$ 30.265 per capita, à frente do Rio Grande do Sul R\$ (R\$ 29.657), e atrás do Distrito Federal (R\$ 62.859), São Paulo (R\$ 39.122), Rio de Janeiro (R\$ 38.262), Santa Catarina (R\$ 32.290) e Espírito Santo (R\$ 30.485). A média do Brasil foi de R\$ 26.444.

Suzuki, do Iparades, diz que a tendência é que o Paraná se consolide como a quarta maior economia do País no longo prazo. O Estado já vem, há pelo menos quatro anos, registrando resultados superiores ao do Brasil. No acumulado de 2010 a 2013, o PIB paranaense cresceu, em termos reais, 10,2%, contra 9,1% do Brasil.



100 anos de Agronomia

Por Hemely Cardoso

O curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) completou 100 anos no dia 23 de novembro. A graduação ficou entre as 10 melhores do país no Ranking das Universidades do Brasil (RUF), da Folha de S. Paulo, em 2014, e recebeu cinco estrelas na classificação do “Guia do Estudante”, da Editora Abril, em 2015.

Desde a sua fundação, em 1915, formou um exército de 4.392 engenheiros-agrônomo, profissionais que transformaram a agricultura paranaense. Por anos foi o único curso existente entre os Estados do Paraná e Santa Catarina até a década de 70, quando surgiu a graduação na Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, em Bandeirantes, no Norte paranaense.

Nesse centenário, ampliou seus campos de atuação tornando-se um complexo de ensino, pesquisa e extensão de elevada produção acadêmica. “Diante dos avanços da agricultura, os engenheiros agrônomos tiveram sua atividade transformada de simples ‘melhoradores da atividade agrícola’ para os principais responsáveis por tudo o que envolve o agronegócio”, avalia o coordenador do curso de Agronomia, João Carlos Bepalhok Filho.

Utilidade pública desde 1919

Segundo o professor aposentado Luiz Doni Filho, autor do livro “História da Escola Agrônoma do Paraná, 1918-1993”, a ideia de criar um curso direcionado à agricultura nasceu ao mesmo tempo da fundação da UFPR, em 1912. Com a formatura da primeira turma, em 1918, foi institucionalizada a primeira graduação em Agronomia do Paraná, a então Escola Agrônoma do Paraná (EAP). Entre os alunos estava Gabriel Quadros, pai do ex-presidente do Brasil, Jânio Quadros.

De acordo com Luiz, no final de 1918 a gripe espanhola fazia milhares de vítimas. Diante dessa epidemia, o então presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves Camargo, decretou a suspensão das aulas da EAP até segunda ordem. “Durante esse período, entre uma dificuldade atrás da outra, o diretor Lysimaco Ferreira da Costa pedia ao presidente do Estado a regulamentação da Escola. No ano seguinte, a instituição fora reconhecida como de utilidade pública pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa”, comentou o professor.



As aulas teóricas eram dadas no Ginásio Paranaense (R. Ermelino de Leão). À frente, sentado o diretor Lysimaco Ferreira da Costa.



Foto retirada do livro "História da Escola Agrônômica do Paraná"

Ao longo dos anos até a década de 30, a Escola foi se fortalecendo com a chegada de novos alunos e professores, entre eles, João Cândido Ferreira Filho, designado diretor em 1927. "Ele não mediu esforços para desenvolver e levantar o curso com início de pesquisas indispensáveis para o tempo e o local, como épocas de semeadura, testes de variedades de sementes, métodos de produção, entre outros", relata.

Em 1930, o então interventor do Estado, Manoel Ribas, ameaçou fechar a EAP. "Ele não aceitava o avanço da educação e fez de tudo para impedir o crescimento da instituição", revelou, acrescentando que nessa época a escola perdeu o reconhecimento do governo federal e as turmas de 1938, 1939 e 1940 não puderam registrar seus diplomas. Em 1941, a EAP é novamente reconhecida, sendo efetivamente federalizada em 1955. Na década de 60, incorporada à UFPR.

A instalação da Faculdade de Agronomia ocorreu na década de 70, quando o país deu um salto na incorporação de tecnologias desenvolvidas por institutos nacionais e, um pouco mais tarde, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "Nessa época ocorreu uma expansão no plantio de grãos e a agronomia se tornou a profissão do momento", observou.

Desde então o curso de Agronomia, integrado ao setor de Ciências Agrárias, junto com os cursos de Medicina Veterinária e Engenharia Florestal, só evoluiu. Segundo o engenheiro-agrônomo Flávio Zanette, que foi professor do curso na disciplina de fruticultura du-

rante 40 anos e ex-coordenador do curso de pós-graduação, ao longo dos anos a graduação expandiu para a pesquisa, com os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. No período de 1994 a 2014 foram apresentadas 220 dissertações de mestrado e 165 teses de doutorado. "Estamos na vanguarda com o desenvolvimento de pesquisas", comenta Zanette.

Hoje, o curso mantém seis estações experimentais no Paraná, entre elas, a Fazenda Caniquiri de 400 hectares, em Pinhais. "Nesses locais estamos desenvolvendo várias pesquisas

e em diversas áreas, como, por exemplo, com a cana-de-açúcar, integração lavoura-pecuária e floresta, controle biológico, entre outros", conta o catarinense de Criciúma, que foi um dos alunos do curso e se formou em 1967.

Entre muita gente que frequentou as salas de aula do curso de Agronomia está o assessor técnico do SENAR-PR, José Carlos Gabardo. Ele faz parte da turma que se formou em 1964 e durante 30 anos, de 1965 a 1995, deu aulas nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal. "De lá para cá, o curso não parou de crescer", avalia.

Crescendo com a "Revolução Verde"

Norman Borlaug, Nobel da Paz em 1970, dizia: "Não se constrói a paz em estômagos vazios". De acordo com informações publicadas no artigo de Antônio Roque Dechen, presidente do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), pela revista Dinheiro Rural no dia 8 de outubro, o ensino e pesquisa agrícola no Brasil tiveram início com a inauguração da Escola Imperial de Agronomia da Bahia, em 1877, e da Estação Agrônômica de Campinas, em 1887, pelo Imperador D. Pedro II.

Segundo ele, a revolução verde de Norman Borlaug nos anos 70, com o desenvolvimento de novas variedades de milho, com respostas a adubação, mudaram o cenário mundial de

produção de alimentos. No Brasil, a conquista dos cerrados, uma das últimas fronteiras agrícolas, graças à transferência dos resultados de pesquisa, estabeleceu com sucesso a integração lavoura e pecuária. “A adoção do sistema de plantio direto no Paraná mudou os paradigmas da agricultura brasileira. Hoje a agroenergia e os avanços da biotecnologia estão transformando e ampliando as oportunidades na agricultura e na bioindústria”, escreveu Dechem.

O reconhecimento do trabalho do engenheiro-agrônomo aconteceu em 12 de outubro de 1933, com o Decreto nº 23.196, que regulamentou o exercício da profissão. Essa data acabou sendo adotada como comemorativa ao Dia do Engenheiro-Agrônomo.

Comemoração

No último dia 23 de novembro, ex-alunos do curso de Agronomia, que hoje ocupam cargos de liderança no Paraná e em outros Estados, participaram da sessão solene para comemorar os 100

anos de fundação, em Curitiba, no Campus de Agrárias. Entre eles, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, um dos homenageados durante o evento. “Esse centenário representa um marco na história da agricultura paranaense”, disse ele, um dos formandos da turma de 1975.

Meneguette destacou que a produção de grãos no país atingiu a marca 209,5 milhões de toneladas na safra 2014/2015, segundo dados divulgados em setembro pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O aumento foi de 8,2%, ou 15,9 milhões de toneladas, sobre a produção de 2013/14, de 193,62 milhões de toneladas. “Ano a ano, o agronegócio tem sido a salvação da economia brasileira, com produções recordes graças à adoção de boas práticas agrícolas aliadas ao uso de altas tecnologias. Isso se deve ao papel das instituições de pesquisa e de ensino, formando profissionais qualificados para cumprirem a missão de semear novas tecnologias para garantir a sustentabilidade dos campos brasileiros. É o caso do curso de Agronomia da UFPR”.



Da esquerda para à direita, João Carlos Bespalhok, Amadeu Bona Filho, Ágide Meneguette e Zaki Akel Sobrinho.

PRA

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

SISTEMA FAEP





O Sistema FAEP/SENAR-PR publica este encarte especial sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) mantendo seu princípio e preocupação de sempre fornecer informações e orientações aos proprietários rurais sobre como proceder com relação aos temas que influenciam as atividades e procedimentos do setor. É o caso do PRA, que precisa ser feito para que o produtor se coloque dentro da lei do novo Código Florestal.

O prazo previsto em lei para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) encerra-se no dia 6 de maio de 2016, embora exista um projeto de lei tentando prorrogá-lo. Contudo, como é incerto, o prazo de lei prevalece. Até lá os produtores devem preencher o CAR, inclusive para aproveitar os benefícios previstos no Código Florestal para as propriedades consolidadas.

A FAEP participou efetiva e intensamente desde a discussão e aprovação do Código Florestal federal, como na lei estadual e no decreto que estabeleceu as normas de como resolver pendências relativas aos Termos de Compromissos firmados com o Ministério Público e com as autoridades ambientais do Estado.

Ágide Meneguette

Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



O que fazer com o PRA

Decreto regulamentou Programa de Regularização Ambiental para o Estado. Entenda o que mudou

O governador Beto Richa assinou no dia 4/11 o Decreto nº 2711, que implantou o Programa de Regularização Ambiental (PRA) do Estado do Paraná, regulamentando a Lei Estadual nº18.295/2014. A nova regra altera diversos procedimentos que interessam ao produtor rural no que se refere às questões ligadas à reserva legal, influenciando inclusive ações que já estavam em vigor.

Um dos problemas mais sérios que o Decreto nº 2711 resolve diz respeito aos Termos de Compromisso (TC) que foram assinados com base nas exigências do antigo Código Florestal, revogado em 2012. Os produtores que têm TC averbados por exigência do Sistema de Manutenção, Declaração e Proteção da Reserva Ambiental (Sisleg) deverão solicitar a substituição do Termo, se necessário, direto ao IAP, se adequando ao novo Código Florestal.

Os TCs assinados obrigavam os proprietários rurais a implantar Reserva Legal (RL) correspondente a 20% da área da propriedade, além de reconstruir Áreas de Preservação Permanente (APPs) – matas ciliares e encostas. As dimensões de APP exigidas pelo antigo Código eram abusivas, chegando a 500 metros à beira de grandes rios.

O novo Código deu um tratamento mais igual a todos os produtores, com a criação da figura das propriedades consolidadas, áreas abertas e utilizadas antes de 22 de julho de 2008, cujas dimensões de APP são menores, com limite máximo de até 100 metros. A regra tam-

bém prevê isenção de recomposição da RL para propriedades rurais de até quatro módulos fiscais (em média 72 hectares no Paraná). As propriedades acima de quatro módulos passam a ter o direito de somar as APPs para formar a reserva legal, com um total de 20% de toda a área.

Na cerimônia de assinatura do contrato, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, usou um exemplo para ilustrar o problema. Dois produtores vizinhos, com áreas de 50 hectares cada um, localizadas à beira do Rio Paraná. Um deles assinou um TC tendo que recompor a sua mata ciliar em 500 metros a partir da beira do rio. O outro não assinou e terá que recompor sua mata em apenas 15 metros, em razão de sua propriedade ter sido aberta e estar sendo utilizada antes de 2008, sendo, portanto, considerada área consolidada. “Este ato faz justiça aos produtores. Cerca de 120 mil, dos 540 mil produtores paranaenses, assinaram o Termo de Compromisso. Se as exigências do TC fossem mantidas teríamos 120 mil produtores penalizados injustamente.”

O decreto prevê ainda um programa de reposição de floresta nativa no Paraná, que terá um grupo de trabalho para sua elaboração, que deverá ser concluída em 60 dias. Ele lembrou ainda, que faltam apenas 180 dias para encerramento do prazo para o preenchimento do CAR e pediu que as entidades presentes incentivassem os produtores para regularizarem sua situação.

A FAEP e a legislação ambiental

Instituição buscou melhorar as regras para os produtores e tem investido em capacitação

O decreto que regulamentou o PRA é mais uma etapa em que a FAEP participou ativamente até o último instante, em defesa de uma legislação coerente, que propusesse uma solução democrática e plausível para que os produtores se adequem, mantendo uma situação legal em relação às exigências ambientais.

Num rápido retrospecto, a assinatura desse decreto é a continuidade de um processo que teve início há 13 anos. Desde então, técnicos, diretoria da FAEP e os sindicatos rurais têm atuado fortemente em alertas, mobilizações, ações no Congresso Nacional e publicações sobre as questões do Código Florestal.

Tais preocupações levaram a uma série de ações, como mobilizações de produtores em manifestações no interior do Estado, em Curitiba e em Brasília. Após anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado o novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, contemplando grande parte das demandas do setor produtivo.

A FAEP, em parceria com a UFPR, fez um estudo mostrando que os produtores com área menores de quatro módulos fiscais teriam perdas irreparáveis tornando muitas vezes a propriedade inviável. O documento foi apresentado em Brasília ao Congresso, distribuído para deputados estaduais e federais, senadores, especialistas em meio ambiente, entidades e instituições relacionadas ao assunto.

Essa publicação demonstrou a importância de o produtor poder continuar produzindo numa área em que vinha atuando há anos. Essa demanda foi contemplada no novo Código Florestal, com as áreas consolidadas. Ou seja, produtores que produziam antes de 22 de julho de 2008 podem continuar produzindo com dimensões de áreas de preservação ambiental menores, viabilizando sua permanência no campo.

Cartilhas e esclarecimentos

Vieram publicações especiais, esclarecimentos e orientação aos nossos sindicatos rurais, produtores e autoridades envolvidas na discussão que se iniciou após a aprovação do Código.

A FAEP produziu uma cartilha explicando o Novo Código Florestal com orientações para se adequar à legislação. Em parceria com o IAP, a FAEP produziu uma outra cartilha, dessa vez de orientação, sobre o preenchimento do CAR. Foram 100 mil exemplares distribuídos aos sindicatos rurais, proprietários rurais e representantes dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente.

Mais uma vez, técnicos da FAEP se debruçaram atentamente sobre a legislação e o funcionamento do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Outra frente de trabalho da Federação foi a realização de diversos treinamentos e oficinas com os sindicatos rurais levantando as principais dificuldades no uso da ferramenta.

Essas ações resultaram em uma série de contribuições para a melhoria do sistema e muitas delas foram acatadas pela ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que, inclusive citou publicamente a participação da FAEP para o aprimoramento das versões.

Capacitação. E mais pressão

Um dos grandes entraves para a implantação do cadastro foi a falta de profissionais capacitados para o seu preenchimento. Diante disso, o Sistema FAEP/SENAR-PR foi pioneiro na estruturação de uma capacitação de três dias com teoria e prática para multiplicar o número de facilitadores no auxílio ao produtor rural para o preenchimento do CAR.

Desde então, mais de 3 mil profissionais foram capacitados no preenchimento do CAR para que a legislação pudesse ser atendida dentro do prazo final de 6 de maio deste ano. Fato que foi ressaltado pelo secretário Ricardo Soavinski, do Meio Ambiente, durante a assinatura do decreto: "A FAEP é uma grande parceira nas capacitações e divulgação do CAR".

Mesmo com a soma de esforços, o cadastramento de todos os imóveis mostrou-se inviável dentro do prazo determinado pela legislação. A FAEP, então, encaminhou ofício ao ministério do Meio Ambiente solicitando a prorrogação do prazo. A prorrogação do prazo em mais de um ano, até 6 de maio de 2016, conforme permitia a lei, foi concedida. Após esta data limite o produtor rural perderá benefícios, tendo inclusive sanções como o impedimento em conseguir financiamento em banco.





Carla Beck

Engenheira-agrônoma
do Departamento
Técnico Econômico da FAEP

Como aderir ao PRA

Inscrição no Cadastro Ambiental Rural é condição para adesão ao Programa

Para ter acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), o produtor terá que seguir os seguintes passos:

- 1) Inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).** Condição essencial para a adesão ao PRA a inscrição da posse ou propriedade no Cadastro Ambiental Rural.
- 2) Assinar Termo de Compromisso.** Esse é o mecanismo de adesão ao PRA – um título executivo que descreve as medidas a serem tomadas pelo produtor para a adequação do imóvel rural às exigências do novo Código Florestal, prevendo sanções em caso de descumprimento;
- 3) Se necessário, elaborar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (PRAD),** que deverá descrever as ações, procedimentos e prazos a serem adotados pelo produtor para a adequação do imóvel. No caso das propriedades menores ou iguais a 4(quatro) módulos fiscais, esse procedimento terá modo simplificado.



Entenda o CAR

O CAR é instrumento de política ambiental, não tendo qualquer caráter fundiário, seja para regularização ou para aquisição de direitos reais. O registro no CAR é condição obrigatória para usufruir dos benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Em relação à dimensão da área, deverá constar no CAR a situação real, independentemente de existir qualquer informação diversa em matrícula, termo de compromisso, plano de manejo ou afins. O registro da reserva legal no CAR desobriga a averbação em cartório.

CAR pendente

Caso o CAR da propriedade esteja pendente, há três passos a cumprir:

- 1) O órgão ambiental terá o prazo de 30 (trinta) dias para expedir a notificação ao interessado sobre o motivo da pendência, solicitando documentação ou esclarecimento complementar.
- 2) O interessado terá prazo de 180 dias para apresentar a documentação ou os esclarecimentos necessários.
- 3) Após a apresentação dos documentos ou esclarecimentos pelo interessado, o órgão ambiental terá 90 dias para análise e deliberação.

No caso de irregularidades na declaração do CAR

Qualquer irregularidade nas declarações constatadas pela análise realizada pelo órgão ambiental importará em advertência ao proprietário ou possuidor e será concedido prazo de 20 (vinte) dias para retificação ou defesa.

Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (PRAD)

O PRAD se constitui na descrição detalhada do conjunto de medidas necessárias à recuperação ou recomposição da área degradada e/ou alterada. Nas propriedades menores que 4 módulos fiscais, poderá ser apresentado Projeto Simplificado de Recuperação de Área Degradada.

O órgão ambiental estadual editará normas específicas que estabelecerão as diretrizes e orientações técnicas voltadas à apresentação e aprovação do PRAD e PRAD Simplificado.

Novos Termos de Compromisso

Se o produtor tiver passivo ambiental tanto nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal (RL) ou área de uso restrito, deverá assinar um Termo de Compromisso (TC) para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Esse termo é o documento de adesão ao PRA, que será assinado com o órgão ambiental após análise do CAR, com as seguintes informações:

I – O nome, a qualificação e o endereço da(s) parte(s) compromissada(s) ou do(s) representante(s) legal(is);

II – Os dados da propriedade ou posse rural;

III – Número do recibo CAR do(s) imóvel(s) envolvido(s);

IV – A localização da APP ou RL ou área de uso restrito a ser recomposta, recuperada, regenerada ou compensada;

V – Lista dos compromissos a serem cumpridos pelo proprietário, que será um resumo da descrição detalhada constante no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), das ações de regularização ambiental a serem realizadas;

VI – Método de execução dessas ações;

VII – Prazo de cumprimento dos compromissos assumidos apresentado através de cronograma de execução previsto no PRAD;

VIII – Mecanismos de controle do cumprimento das obrigações, que poderá ser por meio da entrega de relatórios anuais, imagens, informação eletrônica, ou, outro que garanta o acompanhamento da execução das medidas pelo órgão ambiental;

IX – Sanções aplicáveis pelo descumprimento do Termo de Compromisso, sendo que as multas serão de até 10% do valor do investimento previsto;

X – Lista das sanções e processos existentes relativas à supressão irregular de vegetação, ocorrida antes de 22 de julho de 2008, e que serão suspensas pelo período em que estiver sendo cumprido o Termo;

XI – O foro competente para dirimir eventual litígio entre as partes.

Após a assinatura do Termo de Compromisso, o órgão ambiental fará a inserção das informações e das obrigações de regularização ambiental no Sistema do Cadastro.

E se eu não conseguir cumprir o prazo descrito no Termo de Compromisso?

Caso o produtor não consiga cumprir o Termo de Compromisso assinado no tempo previsto deverá informar ao órgão ambiental através de requerimento explicando os motivos do não cumprimento para análise de possibilidade de prorrogação.

Revisão dos termos de compromissos assinados no SISLEG

Aquele produtor que assinou Termo de Compromisso de acordo com antigo Código Florestal ou SISLEG e cumpriu em parte, não cumpriu ou quer revê-lo, deverá solicitar a revisão ao órgão ambiental. **Importante: caso o produtor não solicite a revisão, terá que cumprir o que já estava estabelecido no termo assinado.**

A revisão de Termos de Compromisso para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às APPs de Reserva Legal e de Uso Restrito, firmados sob a vigência do antigo Código deverá ser requerida diretamente ao órgão ambiental durante a vigência do prazo de adesão ao PRA. É essencial que o produtor guarde o protocolo de entrega dessa solicitação.

Caso o Termo de Compromisso tenha sido homologado judicialmente, será obrigatória a apresentação do novo Termo ao processo correspondente, exceto áreas menores de quatro módulos fiscais, que deverão apresentar judicialmente somente o protocolo de requerimento.

Para áreas rurais de até quatro módulos fiscais que não necessitem de qualquer regularização, a apresentação do CAR ativo será suficiente para o cancelamento da averbação do Termo. Se o produtor não tiver a cópia do Termo assinado, a simples apresentação das informações constantes na matrícula será suficiente.

Nos imóveis com Termos de Compromisso que já tenham sido cumpridos, é possível ceder o excedente de área vegetação nativa para compensação em outras propriedades. Exemplo: se a soma da área de APP mais a vegetação nativa ultrapassar os 20%, o que sobrar pode ser cedido para outra propriedade.

Sobre a Reserva Legal...

Relocação, retificação e informações gerais

Os imóveis que já realizaram a compensação de Reserva Legal (RL), em momento anterior a edição da Lei Federal 12.651/12, com situação averbada na matrícula do imóvel e correspondente com a realidade física do imóvel, deverão informar no seu registro no CAR o número do CAR da propriedade onde a Reserva Legal está localizada. É também possível fazer relocação e retificação da reserva. Poderá ocorrer a retificação, readequação e realocação da RL averbada, obedecendo os critérios técnicos estabelecidos.

Até a efetiva análise do CAR poderão ser realizados procedimentos de retificação, readequação e realocação da RL averbada, desde que averbados no respectivo registro imobiliário e obedecendo aos critérios estabelecidos

As propostas de relocação de RL deverão ser aprovadas pelo órgão ambiental durante o processo de análise sendo essa aprovação condicionante para eventual alteração ou cancelamento da averbação da RL na matrícula.

Relocação de Reserva Legal

Veja as condições:

I - A RL averbada esteja em áreas declaradas de utilidade pública ou interesse social;

II - A RL tenha sido averbada em área sem cobertura de vegetação nativa, sendo vedados novos desmatamentos, mesmo em áreas resultantes de projetos parcialmente executados.

Documentação a ser apresentada para relocação, retificação e readequação

I - Para os casos de Realocação de RL em outro imóvel:

- a)** Requerimento do proprietário ou possuidor
- b)** O número do CAR das áreas em questão;
- c)** Cópia do termo de compromisso, se houver;
- d)** Informação e justificativa técnica sobre o ganho ambiental que a realocação poderá representar;
- e)** A informação técnica da área que está sendo proposta para realocação, que deverá conter no mínimo:

- 1** - Anuência do proprietário ou possuidor rural, devidamente identificado;
- 2** - Comprovação documental da propriedade ou posse;
- 3** - Identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das APPs, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da RL, podendo utilizar as plantas e informações constantes do CAR.

II - Para os casos de retificação e/ou readequação da RL:

- a)** Requerimento do proprietário ou possuidor
- b)** Justificativa que motive a solicitação;
- c)** O número do CAR;
- d)** Cópia do termo de compromisso, se houver;
- e)** Para imóveis maiores que 4 módulos fiscais: identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das APPs, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da RL podendo utilizar as plantas e informações constantes do CAR.

Glossário

Algumas expressões que ajudam a entender melhor as questões ligadas à Reserva Legal.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma categoria de Unidade de Conservação particular criada em área privada, por ato voluntário do proprietário, em caráter perpétuo, instituída pelo poder público. Como depende da vontade do proprietário, é ele quem define o tamanho da área a ser instituída como RPPN.

Cotas de Reserva Ambiental (CRAs): são títulos representativos de cobertura vegetal que podem ser usados para cumprir a obrigação de Reserva Legal em outra propriedade. Um dos pré-requisitos para a criação de CRAs é que o imóvel rural esteja inscrito no CAR.

Servidão ambiental: é a limitação do uso de todo o imóvel rural ou de parte dele para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes;

Imóvel cedente (de Reserva Legal): é o imóvel que possui remanescente de vegetação nativa excedente ao percentual exigido em Lei para Reserva Legal.

Imóvel receptor (de Reserva Legal): aquele que não possui vegetação suficiente para compor o mínimo exigido em Lei para a Reserva Legal.

Readequação da Reserva Legal: alteração da localização da Reserva Legal dentro do próprio imóvel, em função de erro técnico, administrativo ou nova proposta que atenda aos parâmetros da Lei Federal 12.651/2012;

Retificação de Reserva Legal: correção de área de Reserva Legal do imóvel em função de medições georreferenciadas de maior precisão, dentro do próprio imóvel;

Realocação de Reserva Legal: alteração da localização da Reserva Legal para outro imóvel, entendida como a substituição da área originalmente designada, em que ocorra ganho ambiental pela mudança, sendo proibido o desmatamento.

Dá PRA compensar

Como funciona a compensação da Reserva Legal

A compensação de área de Reserva Legal poderá ser realizada no ato de inscrição no CAR ou posteriormente, a critério do interessado. Os imóveis que já realizaram a compensação de Reserva Legal em momento anterior ao Novo Código Florestal, com situação averbada na matrícula do imóvel e correspondente com a realidade física do imóvel, deverão informar no seu registro no CAR o número do CAR da propriedade onde a Reserva Legal está localizada.

Código Florestal do Paraná

A lei 18295 de 2014 implantou o Novo Código Florestal no Estado do Paraná e estabeleceu que o proprietário rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior a 20% e que seja maior que 4 módulos fiscais (72 hectares), poderá regularizar sua situação adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

- I** - recompor a Reserva Legal;
- II** - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;
- III** - compensar a Reserva Legal.

A compensação de Reserva Legal poderá ser efetivada através de:

- I** - arrendamento perpétuo ou com prazo determinado de servidão ambiental instituída sobre área particular, inclusive Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, que não esteja sob o regime de Reserva Legal da propriedade;
- II** - arrendamento perpétuo ou com prazo determinado de excedente de Reserva Legal, em áreas em que o proprietário tenha destinado à Reserva Legal área maior do que a obrigatória, ou RPPN que não esteja sob o regime de Reserva Legal da propriedade;
- III** - indicação de área exclusiva ou fração ideal, de outra área do mesmo proprietário com excedente de Reserva Legal;
- IV** - venda de excedente de Reserva Legal em propriedade particular ou RPPN, desde que a RPPN não perca seu regime de proteção;
- V** - venda de fração ideal de condomínio de Reserva Legal, com instrumento de criação do condomínio averbado nas matrículas das propriedades integrantes do condomínio;
- VI** - utilização de Cotas de Reservas Ambientais - CRAs, devidamente emitidos pelo órgão competente.
- VII** - doação de área integrante de Unidade de Conservação de proteção integral já criada e não totalmente regularizada do ponto de vista fundiário ou em processo de criação.

Compensação de área de reserva legal

O Decreto 2711 esclareceu duas formas de regularização de reserva legal: no Interior de Unidade de Conservação de Domínio Público Pendente de Regularização Fundiária e no Regime de Servidão Florestal. Conheça os dois sistemas

Unidades de conservação

Quando o produtor desejar compensar em Área Localizada no Interior de Unidade de Conservação de Domínio Público Pendente de Regularização Fundiária deverá observar as seguintes regras.

A doação

A doação poderá ser realizada ao órgão público responsável pela Unidade de Conservação de área localizada no interior de Unidade de Conservação por parte da pessoa física ou jurídica proprietária de imóvel rural que não detém Reserva Legal em extensão suficiente.

As áreas a serem utilizadas para compensação deverão ser equivalentes em extensão à área da Reserva Legal a ser compensada no Estado do Paraná.

A área a ser doada em compensação, denominada cedente, deverá ter a anuência pelo órgão ambiental estadual. Para compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação tanto o imóvel pendente de regularização de Reserva Legal como o imóvel receptor deverá estar inscrito no CAR – acompanhada das informações dos imóveis.

Prioridades para compensação

A doação de áreas localizadas em Unidades de Conservação de domínio público a serem regularizadas, obedecerão à seguinte prioridade:

- I** - Unidades de Conservação já criadas;
- II** - ampliação de Unidades de Conservação existentes;
- III** - Unidades de Conservação a serem criadas.

Averbação

A área a ser compensada deverá ser averbada na matrícula dos imóveis envolvidos.

Próximos Passos

O órgão ambiental estadual publicará, em até 30 dias, norma regulamentando os procedimentos e análise para efetivação da compensação de reserva legal através da doação de áreas localizadas em Unidades de Conservação de domínio público pendentes de regularização.

Regime de servidão ambiental

O proprietário pessoa física ou jurídica pode por contrato público ou particular firmado com órgão ambiental estadual limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

APP não Pode

A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

Regras gerais da servidão ambiental

A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos. A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

Não pode durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

Averbação

O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.

Responsabilidades do Proprietário

São deveres do proprietário do imóvel serviente:

- I** - manter a área sob servidão ambiental;
- II** - permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo detentor da servidão ambiental;
- III** - defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos;
- IV** – prestar contas ao detentor da servidão ambiental sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais.

Quais as responsabilidades do detentor da servidão ambiental?

São deveres do detentor da servidão ambiental

- I** - documentar as características ambientais da propriedade;
- II** - monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida;
- III** - prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade;
- IV** - manter relatórios e arquivos atualizados com as atividades da área objeto da servidão;
- V** – defender judicialmente a servidão ambiental.

O que deve estar descrito no contrato de servidão

O contrato deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I** - A delimitação da área submetida à preservação, conservação ou recuperação ambiental;
- II** - Memorial descritivo da área da servidão ambiental;
- III** - Objeto da servidão ambiental;
- IV** - Direitos e deveres do proprietário, sendo transferível aos seus herdeiros;
- V** - Direitos e deveres do detentor da servidão ambiental;
- VI** - Os benefícios econômicos do instituidor e do detentor da servidão ambiental;
- VII** - Previsão legal para garantir o seu cumprimento, inclusive medidas judiciais necessárias, em caso de descumprimento.

Pode instituir servidão nos outros estados?

Para ser aceita servidão ambiental de imóvel cedente localizado em outro estado da federação, deverá o Estado do Paraná possuir previamente convênio de cooperação com o órgão ambiental estadual onde estiver localizado o imóvel.

E ainda para ser aceita a compensação de imóvel receptor de outro estado, dentro do Estado do Paraná o imóvel cedente deverá estar inserido em Área Prioritária para Conservação do Estado do Paraná, em área com vegetação nativa.

Próximos Passos

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Órgão Ambiental Estadual, em até 30 dias, estabelecerá regulamento visando normatizar os procedimentos para a aprovação da reserva legal instituída por servidão.



Simplificação chega aos cartórios

Será possível a baixa da averbação

Outro ponto importante que o decreto regulamentou se refere aos procedimentos nos cartórios de Registros de Imóveis.

Os Termos de Compromisso (TCs) que tenham sido firmados conforme exigências do antigo Código e não cumpridos deverão ser adequados ao novo Código Florestal. O ato de registro das Escrituras Públicas pelo Cartório de Registro de Imóveis não implicará em sua responsabilidade pela veracidade das informações apresentadas no CAR, cuja responsabilidade é exclusiva do proprietário ou possuidor declarante. Entenda como as mudanças serão, caso a caso, nas próximas páginas.

Termos de compromissos averbados

1) Os termos de compromisso que foram firmados conforme exigências do antigo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65) e não foram cumpridos deverão ser adequados à Nova Lei Florestal (Lei Federal nº 12.651/12). Caso tenham sido averbados na matrícula do imóvel, a averbação deve ser substituída pela apresentação do protocolo de revisão do termo. Para obter o protocolo o produtor deverá realizar a inscrição no CAR e solicitar ao órgão ambiental a revisão do Termo.

2) O imóvel que tinha Reserva Legal (RL) ou Termo de Compromisso Averbado, mas sem cobertura florestal, poderá regularizar a RL junto ao CAR, requerendo ao cartório de registro de imóveis o cancelamento da situação anterior.

Averbação da Reserva Legal

O registro da RL no CAR desobriga a averbação no cartório de registro de imóveis. A averbação do número do CAR nas matrículas dos imóveis não é obrigatória.

1) As averbações de RL realizadas em percentual superior ao exigido pela nova legislação em caso de requerimento pelo proprietário e no qual a cobertura florestal seja fisicamente existente deverão ser adequadas à nova legislação e poderão ser utilizadas para outras áreas com RL faltante. Por exemplo, no caso de soma da Área de Preservação Permanente (APP) para formar a RL, num total de 20% sobrar área de vegetação nativa, após análise do órgão ambiental, essa vegetação poderá ser utilizada para outra área. Esse procedimento deve ser requerido pelo produtor rural e se em solicitação de urgência, o órgão ambiental terá 30 dias para analisar.

2) Nos casos de imóveis resultantes de desmembramento o imóvel com averbação regular e no qual a cobertura florestal seja fisicamente existente terão averbações nos registros de imóveis, em percentuais proporcionais a cada fração, podendo, por acordo expresso das partes, a

área averbada permanecer em um só dos imóveis.

a) Exemplo: um produtor rural chamado Pedro tinha uma área de 100 hectares, com 20% de RL. Ele desmembrou o imóvel em duas partes iguais, ficou com uma delas e vendeu a outra a Luís. A reserva legal ficou toda na área de Pedro. Nesse caso, deve constar na matrícula das duas propriedades o fato de que 100% da Reserva Legal está na propriedade de Pedro. Assim, Luís estará isento da responsabilidade de recompor a RL, salientando que os 20% são baseados na área total original do imóvel.

3) As propriedades com área de até quatro módulos fiscais que tenham averbado RL em áreas desprovidas de vegetação ou termos de compromisso nos moldes da Lei Federal nº 4.771/65 e que se enquadrem no perfil de dispensa de regeneração, recomposição ou compensação de RL, depois de se inscreverem no CAR poderão requerer o cancelamento da averbação, após a análise do órgão ambiental, que se solicitado pelo produtor em regime de urgência o órgão ambiental terá 30 dias para analisar.

4) Com a apresentação do CAR ATIVO constando a compensação de RL efetivada em outra área, os cartórios de registro de imóveis promoverão o cancelamento na averbação da RL anterior, promovendo uma nova averbação.

Segurança para os cartórios

O ato de registro das Escrituras Públicas pelo cartório de registro de imóveis não implicará em sua responsabilização pela veracidade das informações apresentadas no CAR, cuja responsabilidade é exclusiva do proprietário ou possuidor declarante.

Outro problema que foi resolvido com o decreto é que muitas vezes o produtor rural ao fazer o CAR dava uma diferença entre as informações prestadas no CAR e os dados da matrícula. Entretanto, agora isso ficou bem esclarecido no decreto que a diferença entre a área informada no CAR e as constantes na matrícula ou no georreferenciamento, não será considerada irregularidade.



SISTEMA FAEP



www.sistemafaep.org.br

R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba-PR
F. (41) 2169.7988 | faep@faep.com.br

Nova sede em Medianeira



O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, participou no último dia 14 da inauguração da nova sede do Sindicato Rural de Medianeira. “Tenho de parabenizar o Evanir Lodi e sua equipe, por serem exemplo para o Brasil. Um sindicato que é respeitado perante a sociedade e seus sindicalizados, que luta pelos produtores na defesa dos seus interesses sociais, econômicos e políticos”, disse. “E se o trabalho já é bom, imaginemos agora com esta nova casa, que certamente trará

melhores condições de atendimento e capacitação técnica para nossos produtores.” O evento contou com uma palestra sobre as concessões rodoviárias, com o engenheiro Antônio José Correia Ribas.

O Sindicato Rural de Medianeira tem 46 anos de história representando os produtores da região. A nova sede tem 500 metros quadrados construídos, com espaço para cursos e palestras, sala de reuniões, área de lazer e atendimento ao produtor. A estrutura é necessária, devido à expansão de atendimento do sindicato, que hoje dispõe de associados nos municípios de Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Missal e Itaipulândia.

Também estiveram presentes o presidente do Sindicato Rural de Cascavel e vice-presidente da FAEP, Paulo Orso; o diretor executivo da Frimesa, Elias José Zydek; o deputado estadual Elio Rusch; o prefeito, a vice-prefeita e o presidente da Câmara de Medianeira, respectivamente Ricardo Endrigo, professora Delcir Berta Aléssio e Pedro Seffrin; o prefeito de Missal, Adilto Ferrari; o presidente da cooperativa de crédito Sicred no município, Luiz Hoflinger; o presidente do Sindicato do Comércio, Danilo Trombini; e a diretoria do sindicato: presidente Ivonir Lodi, vice-presidente Euclides Luciano Gasparrini, secretário Jair Berta, tesoureiro Moisés Piletti, e demais membros.

Meneguette recebe nova diretoria da ADI



O engenheiro-agrônomo e jornalista Nery José Thomé assumiu a presidência da Associação dos Jornais do Interior do Paraná (ADI) no dia 23 de novembro, em assembleia geral realizada em Curitiba. Após a posse, representantes da nova diretoria estiveram reunidos com o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, na sede da entidade. Durante o encontro, o diretor do jornal Tribuna do Interior, que pela terceira vez preside a ADI, apresentou as propostas da nova gestão e falou da importância dos temas relacionados ao agronegócio para o interior do Estado. “A parceria com uma entidade como a FAEP é de suma importância. O desenvolvimento do agronegócio e os temas a ele relacionados são prioritários para a população do interior do Estado”, definiu Nery. A ADI consegue a cobertura do Paraná através de 20 jornais que, além das versões impressas, atuam fortemente na internet.

Juranda**Panificação**

O Sindicato Rural de Juranda realizou nos dias 15 e 16 de outubro o curso Produção Artesanal de Alimentos - panificação. Participaram 11 produtores rurais com a instrutora Renata Andrade de Sá.

Cianorte**Tratorista Agrícola**

Nos dias 14 e 15 de outubro, o Sindicato Rural de Cianorte realizou dois módulos do curso de Tratorista Agrícola: Operação de Implementos (arado de disco, escarificador, grade, subsolador e cultivador) e Semeadeira mais Plantadeira. Participaram 12 produtores rurais com o instrutor Lucas David Schemberger. As aulas teóricas aconteceram no sindicato rural e as práticas foram em parceria com a empresa Commintra Máquinas e Equipamentos Agrícolas.

Nova Londrina**Casa em Ordem**

O Sindicato Rural de Nova Londrina organizou, em sua extensão de base no município de Itaúna do Sul, uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER). No dia 9 de outubro os participantes e demais convidados assistiram a palestra Casa em Ordem, com o consultor da FAEP Dalton Rasêra. O evento foi realizado em parceria com a Secretaria da Agricultura de Itaúna do Sul.

Cornélio Procópio**Primeiros socorros**

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou nos dias 21 e 22 de outubro o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – primeiros socorros. Participaram 11 produtores rurais com o instrutor Guilherme Borotta de Campos.

Altônia**Empreendedor**

O Sindicato Rural de Altônia, com o apoio das prefeituras e cooperativas, organizou e está concluindo mais uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER). As aulas tiveram início em maio para uma turma 20 produtores entre eles o presidente do Sindicato Rural de Altônia, Braz Reberte e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Neri. O instrutor foi Clovis Palozi.

Terra Roxa**Mulher Atual**

O Sindicato Rural de Terra Roxa organizou mais uma turma do curso Mulher Atual de 25 de agosto a 27 de outubro em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e a Prefeitura. No encerramento estiveram presentes: o prefeito, Ivan Reis; o presidente do sindicato, Vagner José Rodrigues da Silva e o tesoureiro Ademir de Pádua. Participaram 25 produtoras com a instrutora, Sandra Antônio.

Ubiratã**Tratores**

O Sindicato Rural de Ubiratã realizou, em parceria com a empresa Camagril Máquinas Agrícolas, que cedeu as máquinas para as aulas práticas, de 26 a 30 de outubro, o curso de Trabalhador na Manutenção e Operação de Tratores - tratores e implementos. Participaram nove produtores com o instrutor Lucas David Schemberger.

São Mateus do Sul**Agrotóxicos**

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria com a Universal Leaf Tabacos, na comunidade do Espigãozinho, de 28 a 30 de outubro o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos- NR31. Participaram 10 produtores rurais, com o instrutor Antonio Kreniski Júnior.

Rodovias romanas

Dizem que todos os caminhos levam a Roma.

O ditado é muito antigo e tem uma razão de ser: os sistemas de estradas do Império eram melhores do que muitas rodovias atuais. Um sistema principal de 80 mil quilômetros ligava a capital às principais províncias e havia ainda cerca de 300 mil quilômetros de estradas secundárias, conectando aldeias e acampamentos militares por toda a Europa continental, Ásia Menor, Norte da África e pela Grã-Bretanha.



Laranja Falsa

Introduzidas no Brasil pelos japoneses, a laranjinha kinkan é uma fruta curiosa. É uma grande fonte de vitamina C: 100 gramas dela contêm 73% da quantidade diária recomendada dessa substância.

Além disso, tem uma quantidade surpreendente de proteínas para uma fruta, 2 gramas de proteína para cada 100 gramas de fruta. O que é ainda mais surpreendente é que, apesar da aparência e do sabor, ela não é uma laranja de verdade. As laranjas, como os limões, são do gênero *Citrus*. A kinkan é do gênero *Fortunella*.

Futebol das antigas

O primeiro jogo de futebol transmitido pela televisão já foi um clássico. Alemanha x Itália. A partida ocorreu em 1936, foi captada por uma emissora alemã. Acabou empatada em 2 a 2. Já no rádio, a história começou antes. Em janeiro de 1927, a BBC transmitiu uma partida entre Arsenal e Sheffield United. Acabou em 1 a 1.



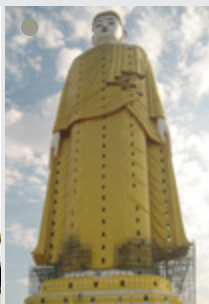
Jogadores da Alemanha fazem a saudação nazista antes de uma partida, em 1938

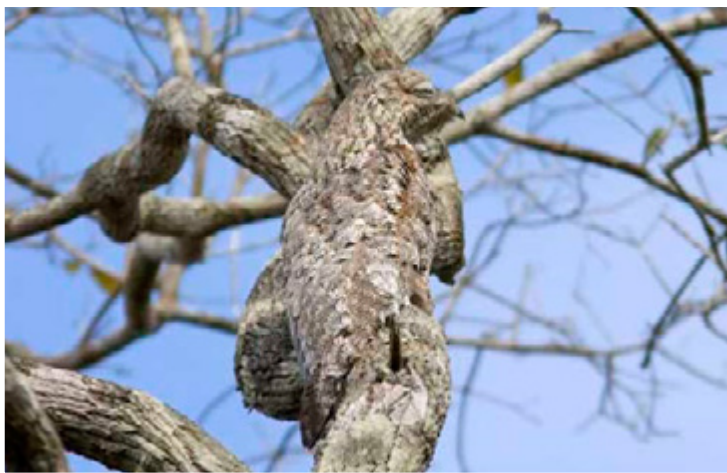
As maiores

Nem Cristo Redentor nem Estátua da Liberdade. As cinco maiores estátuas do mundo – e as únicas com mais de 100 metros de altura – ficam no Oriente, e quatro delas representam divin-

dades budistas. A quinta representa dois imperadores chineses, Yan e Huang. Perto deles, a Estátua da Liberdade é pequeninha: tem 93 metros (incluindo um pedestal de 47 metros), contra 153 metros (sendo 25 do pedestal) do Buda do Templo da Primavera. **Veja abaixo uma lista das maiores estátuas.**

Estátua	Depicts	Localização	Altura
● Buda do Templo da Primavera	Buda Vairocana	Lushan, China	128 m
● Ushiku Daibutsu	Buda Amitaba	Ushiku, Japão	120 m
● Laykyun Setkyar	Buda Gautama	Monywa, Myanmar	116 m
● Guan Yin do Mar do Sul de Sanya	Guanyin (divindade budista)	Sanya, China	108 m
● Imperadores Yan e Huang	Imperadores Yan e Huang, da China	Zhengzhou, China	106 m





Amigo Oculto

O leitor Edgard Alberto Piotto, de Londrina, envia a foto do uratau, um pássaro que se camufla em troncos secos de árvores. Ele é tão bom nisso que é até difícil enxergá-lo. Você consegue ver o pássaro na foto?

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br



Paz e guerra

O Instituto da Pesquisa Improvável concede todos os anos o Ig Nobel, uma espécie de paródia do Prêmio Nobel, concedido às iniciativas científicas mais estranhas do ano. O prêmio de Física deste ano, por exemplo, foi concedido a três cientistas de Taiwan e dos Estados Unidos que chegaram à conclusão de que o peso do indivíduo não influi na quantidade de urina que ele produz. Um dos prêmios mais interessantes já concedido pelo instituto foi dado ao prefeito de Vilnius, na Lituânia, em 2007. Ele recebeu o Ig Nobel da Paz por demonstrar que o problema dos carros de luxo estacionados ilegalmente na cidade pode ser facilmente resolvido passando um tanque de guerra sobre eles.



Ajuda animal

Na Primeira Guerra Mundial, canários e ratos eram usados como cobaias pelos aliados – os exércitos do Reino Unido, França, Rússia e Estados Unidos lideraram os esforços. Sempre que cavavam túneis nas proximidades da linha dos inimigos, os animais estavam por perto. Sensíveis, eles eram os primeiros a se agitar na presença de algum gás nocivo. A Primeira Guerra marcou a estreia da guerra química em conflitos de grande porte, e substâncias como o gás mostarda foram usados tanto pelos aliados como pelos seus adversários (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano).

Tá baratinho!

— *Tá muito barato, freguês, é preço de banana!*



“A preço de banana” é uma expressão antiga, usada para os artigos mais baratos do mercado. Pelo que dizem os especialistas no idioma, ela surgiu mais ou menos na época do descobrimento do Brasil. Embora não seja nativa daqui (ela vem da região da Indonésia e da Papua Nova Guiné), a fruta se deu muito bem no clima local. Cresciam naturalmente nos pomares e fazendas, sem que ninguém tivesse que plantá-las. Por causa da grande oferta, o preço da banana no Brasil colonial era muito baixo. Foi por isso que a fruta acabou virando sinônimo de produto barato.

Outros tempos...

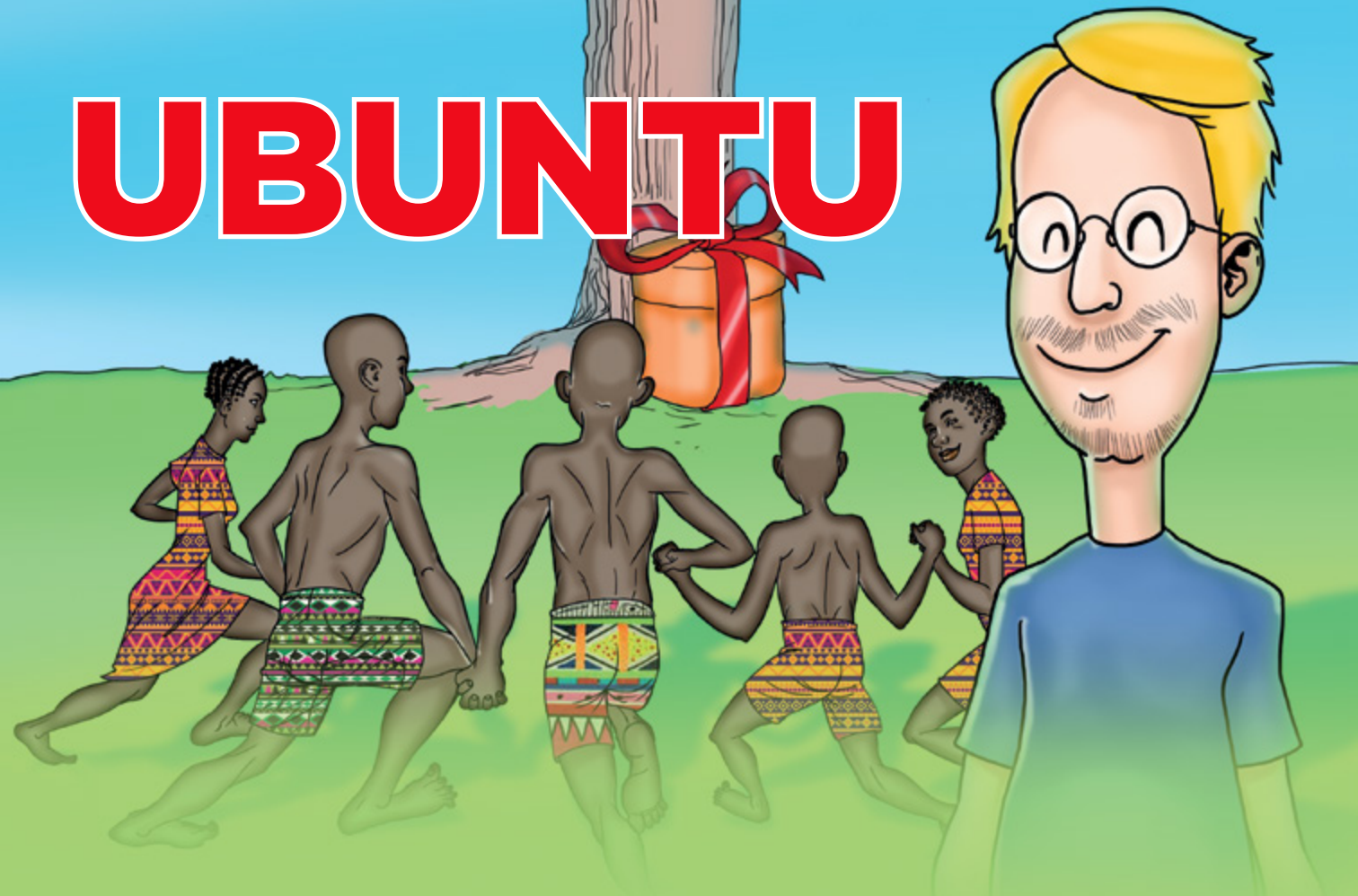
O avô conta ao netinho as grandes mudanças que aconteceram na sociedade desde que ele, o vovô, era jovem.

— Sabe, Joãozinho, quando eu era pequeno, a minha mãe me dava dez reais e me mandava ir até a mercearia. Então eu voltava com um pacote de manteiga, dois litros de leite, um quilo de batatas, um queijo, um pacote de açúcar, vinte pãezinhos e uma dúzia de ovos!

O neto, espantado, responde:

— Mas vovô, na sua época não existiam câmeras de vigilância?

UBUNTU



Um antropólogo estava estudando os usos e costumes de uma tribo na África chamada Ubuntu. Quando terminou seu trabalho, ele teve que esperar pelo transporte que o levaria até o aeroporto de volta pra casa. Sobrava-lhe muito tempo, mas ele não queria catequizar os membros da tribo; então, propôs uma brincadeira para as crianças, que achou ser inofensiva.

Comprou uma porção de doces e guloseimas na cidade, botou tudo em um cesto bem bonito, com laço de fita e colocou debaixo de uma árvore. Chamou as crianças e combinou que quando ele dissesse “já!”, elas deveriam sair correndo até o cesto e a que chegasse primeiro ganharia todos os doces que estavam lá dentro.

As crianças se posicionaram na linha de partida que ele desenhou no chão e esperaram pelo sinal combinado. Quando ele disse “Já!”, instantaneamente todas as crianças se deram as mãos e saíram correndo em direção à árvore com o cesto. Chegando lá, começaram a distribuir os doces entre si e a comerem felizes.

O antropólogo foi ao encontro delas e perguntou porque elas tinham ido todas juntas se uma só poderia ficar com tudo que havia no cesto e, assim, ganhar muito mais doces.

Elas simplesmente responderam: “Ubuntu, tio. Como uma de nós poderia ficar feliz se todas as outras estivessem tristes?”

É a síntese de um conhecido provérbio xhosa da África do Sul que diz o seguinte: “Umuntu Ngumuntu Ngabantu”, que significa “Uma pessoa é uma pessoa por causa das outras pessoas”.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br